

EDITORIAL

REPULSA DO POVO

AO CONLUIO DE CARACAS

A ATUAÇÃO dos delegados do governo de Vargas na Conferência de Caracas — sinistro conluio contra a paz e os interesses dos povos da América Latina — caracteriza-se, antes de tudo, pelo completo servilismo frente a seus amos dos Estados Unidos. Outra coisa não faz o odiado espancador fascista Vicente Rao a não ser servir de simples porta-voz de Foster Dulles, que por sua vez vem a Caracas como um agente da confiança direta dos monopólios ianques, que prosperam no saque e na pilhagem aos países latino-americanos.

A vergonhosa posição assumida pela delegação de Vargas fica evidenciada principalmente com o apoio à resolução colonialista apresentada pelos delegados norte-americanos, de intervenção nos países do continente a pretexto de combate ao comunismo. Tem o mesmo sentido de subserviência aos colonizadores ianques a iniciativa do projeto que, a título de revisão do Pacto de Bogotá, tem te fato o objetivo de afastar os obstáculos de ordem legal que ainda existiam para a intervenção rápida e aberta do imperialismo americano nos países do continente. A capa da chamada Organização dos Estados Americanos. Além disso, contou sempre a delegação dos trustes ianques com o silêncio e a aprovação dos delegados de Vargas toda vez que repetia suas insolentes e repulsivas provocações contra a Guatemala, país cujo povo e cujo governo, na defesa dos interesses nacionais, vem infligindo sérios golpes nos monopólios ianques, especialmente a United Fruit Co.

Enfim, a atuação dos representantes de Vargas na X Conferência Interamericana torna evidente, mais uma vez, que o governo que aí está não passa na realidade de um dócil instrumento dos monopólios norte-americanos. O servilismo de Vargas é utilizado pelos imperialistas ianques não só para a sua dominação no Brasil, mas já agora também com o propósito de facilitar a completa colonização de todos os países da América Latina.

Mas a traição de Vargas não passa em brancas nuvens. Milhões de brasileiros, de todas as classes e camadas sociais, indagam sobre os resultados obtidos pelo nosso país na Conferência de Caracas. E que podem dizer os líderes da delegação de Vargas, quais os frutos de sua atuação que podem apresentar ao nosso povo?

Por mais mistificação que consiga fazer, Vargas não poderá ocultar que o nosso país sairá do conluio regido por Foster Dulles, ainda mais fortemente atrelado à política de guerra dos círculos dominantes nos Estados Unidos; mais submetido do que antes à exploração dos monopólios ianques, que procuram compensar os efeitos já visíveis da crise nos Estados Unidos com a intensificação do saque nos países do continente; mais comprometido a implantar a feroz ditadura terrorista, de acordo com o que foi chamado com justeza pelo chanceler da Guatemala de "internacionalização do macarthysmo". Nisto se resumem afinal os frutos da Conferência de Caracas: intensificação dos preparativos de guerra, maior dominação dos trustes ianques e adoção de medidas para impor o fascismo no continente e intervir nos países que se opõem ao jugo imperialista.

Não é isso, entretanto, o que reclamam os interesses da maioria esmagadora de nossa população. O povo brasileiro anseia e por medidas que impulsionem o progresso do país e tragam a paz, a liberdade e o bem-estar.

Nosso povo repudia formalmente as resoluções impostas pelos trustes ianques em Caracas. Estamos firmemente solidários com o povo da Guatemala, bem como com todos os povos do continente, em sua luta contra o imperialismo norte-americano.

Os patriotas brasileiros compreendem que se torna necessário agora redobrar mais ainda a luta contra a crescente colonização de nosso país pelos monopólios ianques e contra a política de traição nacional do governo de Vargas. Mais do que nunca ressalta a justeza do Programa do P.C.B. ao afirmar que "os supremos interesses do povo brasileiro reclamam a completa ruptura com a política norte-americana agressiva, guerrilra e colonizadora".

Apresenta-se, portanto, como uma tarefa urgente e inadiável a união de todos os brasileiros, independentemente de sua condição social, para essa luta patriótica. Trata-se de unir a todos os que amam o Brasil e querem vê-lo livre e soberano. Trata-se de não permitir que o governo antinacional de Vargas faça de nossa pátria uma simples colônia dos Estados Unidos.

Fernando Lacerda e os Imaginários «Delírios Esquerdistas» do Programa do Partido

Escreve Maurício GRABOIS

Artigo na 1.ª Página do Suplemento, «Tribuna do IV Congresso»

VOZ OPERÁRIA

Nº 252 — RIO DE JANEIRO — 13-3-1954

MILHÕES DE BRASILEIROS EXIGEM LEGALIDADE PARA O PARTIDO COMUNISTA

Leia reportagem na página central



Ataque a Todos os Povos da América Latina

A AGRESSÃO IANQUE À GUATEMALA

Reportagem na Página 4

PROGRAMA DO PCB O POVO DEBATE O PROGRAMA DO PCB O POVO DEBATE O

O Programa do PCB e os Camponeses

MAUCIO GABRENOF

O programa do nosso Partido é a maior arma até hoje posta nas mãos dos comunistas e de todo o povo brasileiro para sua libertação.

Uma das partes fundamentais é a que se refere à reforma agrária que modificará completamente as condições de vida dos camponeses, que constituem 70 por cento da população do Brasil. Este é o Programa que traça os objetivos da revolução agrária e anti-imperialista em nosso país, com a hegemonia da classe operária.

Mas, sem a aliança operário-camponesa é impossível a vitória da revolução, diz Lênin. Por isso, devemos forjar no fogo das lutas de classe a aliança de operários e camponeses — colonos, meeiros, empreiteiros, assalariados agrícolas.

O maior desejo dos camponeses é possuir seu pedaço de terra, construir sua casa, cultivar sua lavoura, ter sua criação, constituir família, ter escolas para os filhos, possuir condução própria, garantia de preços mínimos para os produtos agrícolas e pecuários, ter suas ferramentas e máquinas agrícolas, sementes boas e baratas, adubos e inseticidas, ajuda técnica e científica, etc. Atualmente, só poderá ter parte disto, um camponês rico, porque só a terra lhe custou muitos anos de sacrifícios seus e de sua família para conseguí-la. Tudo isso será obtido com a revolução liderada pelo proletariado que terá como principal aliado o campesinato.

Sendo uma das bases fundamentais da revolução a reforma agrária serão confiscados os latifúndios a exemplo de que se realizou nas democracias populares e principalmente na China Popular. Serão confiscados também, todos os bens do imperialismo americano — monopólios como Anderson Clayton, American Coffee, Standard Oil, bancos lanques etc. — e, finalmente, serão expulsos do Brasil todos os americanos que fazem parte do imperialismo americano.

No que se refere ao campo será executada a mais profunda transformação social jamais havida no Brasil, vindo ao encontro das aspirações das massas camponesas e do povo brasileiro.

Vejam os Item 37 — «Confisco de todas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras gratuitamente, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre si. A divisão das terras será reconhecida por lei e a cada camponês será entregue o título legal de sua posse. A lei reconhecerá as posses e ocupações de terras, realizadas pelos camponeses, tanto dos latifundiários como do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses, que receberão os títulos legais correspondentes».

Imaginemos a confisco dos latifúndios próximos aos grandes centros de consumo, perto das vias de fácil acesso a esses centros. Divididas essas terras e dadas aos camponeses com auxílio técnico e financeiro do governo democrático popular, ver-se-á a transformação radical, rápida e crescente da economia dos camponeses e de todo o país do qual são a grande maioria.

O Item 38 — «Abolição de todas as formas semi-feudais de exploração dos camponeses — meação, terço e todas as formas de prestação de serviços gratuitos — abolição do vale e barracão e obrigações de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores agrícolas».

Este item refere-se à abolição do sistema semi-feudal de exploração dos camponeses. É um sistema, um trato, no qual o patrão não faz quase nenhuma despesa — nem mesmo nenhuma, nas plantações na lavoura. O meeiro, terceiro, etc., é obrigado a gastar suas economias em sua manutenção e na de sua família, nas plantações e cultivo das terras da fazenda, arriscando seu dinheiro, economias de anos anteriores, sem ajuda técnica de quem quer que seja, passando as maiores privações, para depois, na colheita, o patrão usufruir o quinhão gordo, sem ter arriscado nada.

Explorando o trabalho e o dinheiro empregado pelo camponês, este se arrisca a perder tudo e o fazendeiro, nada. Assim, o fazendeiro explora duplamente o camponês: no trabalho empregado e no seu dinheiro gasto. Nas intempéries o fazendeiro nada perderá e o camponês perderá tudo. Estes trabalhadores agrícolas ainda ficam obrigados à conservação das casas onde moram, das estradas da fazenda, dos manguelões, dos pastos, tudo isto de graça e quando trabalham para a fazenda o fazem pela quase metade do salário do diarista.

Diz o Item 39 — «Garantia de salário suficiente aos assalariados agrícolas, não inferior ao dos operários industriais não especializados, como também garantia de terra aos que a desejarem». Isto significa o estímulo do trabalho no campo. Igualar o salário do camponês ao do industrial não especializado é aumentar o poder aquisitivo dos camponeses; constitui uma razoável elevação do nível de vida dos trabalhadores e de todo o povo. Simplesmente, a medida em si, já eleva o nível de vida dos trabalhadores agrícolas.

Diz o Item 40 — «Garantia legal à propriedade dos camponeses ricos. Tanto a terra cultivada por eles ou por assalariados agrícolas, como suas outras propriedades serão protegidas contra qualquer violação». Os camponeses ricos, que constituem a burguesia rural, sentindo a exploração do imperialismo no campo e dos latifundiários, tomam parte na revolução, formando na frente democrática de libertação nacional. Sentindo a exploração dos monopólios americanos no campo, como Anderson Clayton, American Coffee, etc. que acabaram todos os produtos agrícolas e pecuários impondo-lhes preços, e sentindo a mesma exploração na compra de máquinas, ferramentas, adubos, etc. controlados pelos mesmos monopólios, eles tendo a ambição e o anseio de se tornarem livres terão interesse em participar da revolução. Com isto cresce a razão desta camada do povo brasileiro de participar da revolução agrária e anti-imperialista. Isto parte da teoria marxista-leninista do desenvolvimento da sociedade nos países coloniais e dependentes, de que a opressão imperialista contra a burguesia nacional é o fator de que a burguesia não ligada ao imperialismo pode apoiar a revolução nesta etapa.

Diz o Item 41 — «Anulação de todas as dívidas dos camponeses para com os latifundiários, os usurários, os bancos, o governo e as companhias imperialistas norte-americanas. Este item significa começar uma vida nova no campo, re-

denção nacional, com novas perspectivas para a vida dos camponeses. Isto significa alegria, entusiasmo, uma vida melhor para o futuro do nosso povo e do Brasil. O item em si significa uma nova existência».

Diz o Item 42 — «Concessão de crédito barato e a longo prazo aos camponeses para a compra de ferramentas e máquinas agrícolas, sementes, adubos, inseticidas, construção de casas, etc. Ajuda técnica aos camponeses. Estímulo ao cooperativismo». Este item completa o começo de uma vida feliz para os camponeses e para o povo brasileiro, que sem este item não seria completa. E mais: ajuda ao cooperativismo; os próprios camponeses controlarão a venda de seus produtos, significa a morte dos tubarões e intermediários.

Então, o governo garantirá preços mínimos aos produtos agrícolas depositados nas cooperativas, nos próprios lavradores. O governo de Getúlio, de tração nacional garante preços mínimos, não ao lavrador, mas sim aos grandes monopólios americanos e seus intermediários nacionais, como a Anderson Clayton, American Coffee, etc. Quando o produto agrícola já está adquirido e depositado nos armazéns desses trustes é a estes que o governo garante preços mínimos, como no café, algodão, cereais, cacau, etc. Isto é um jogo de rapina ao trabalhador nacional e a nossa economia, é uma tração inqualificável.

O Item 43 — «Construção de sistemas de irrigação particularmente nas regiões do nordeste assoladas pelas secas, de acordo com as necessidades dos camponeses e do desenvolvimento da agricultura». Isto significa resolver um problema da seca do nordeste, fazer grandes represas para irrigação para os camponeses fazerem suas plantações nas terras confiscadas dos latifundiários. É o anseio de muitos decaídos, de milhões de brasileiros passarem água para beber nos Estados do nordeste. O governo de Getúlio empregou grandes somas de dinheiro em represas no nordeste mas as entregou aos usineiros e latifundiários. O povo pobre e faminto se quer matar a sede tem que comprar água dos açudes construídos com o dinheiro do povo, a 50 centavos a lata. Se tirarem água sem pagar são tratados como ladrões por ordem dos usineiros, e latifundiários, pela polícia de Getúlio. No regime democrático popular os açudes passarão às mãos dos camponeses para cultivarem suas terras nos vales e várzeas para a fartura nos lares brasileiros.

Dar início concretamente à reforma agrária é elevar rapidamente o nível de vida dos milhões de camponeses. Toda a nossa subsistência provém do campo, é o trabalho do nosso irmão camponês, trabalho escravo. Adquirimos esses alimentos nos armazéns da cidade na base do sistema de exploração do homem pelo homem, este sistema que só acabará com a vitória da revolução e a história há de registrá-lo como coisa do passado.

É necessário que o povo saiba que toda a regulamentação da lei agrária será feita e discutida pelos próprios camponeses em conferências nas fazendas, nas usinas, nos sítios, nos locais de trabalho, no campo, nos patrimônios, nas cidades, nos municípios nos Estados e finalmente com os seus legítimos representantes no parlamento nacional. A lei será a máxima expressão da força, da vontade e das aspirações de dezenas de milhões de brasileiros do campo, que aliados à classe operária, e sob a sua direção serão a força indestrutível, alicerce da democracia popular, rumo ao socialismo.

Maucio GABRENOF
Londrina Est. do Paraná

Os Mineiros de Morro Velho Discutem o Programa do PCB

Um grupo de mineiros reuniu-se para conversar sobre o Programa do Partido Comunista do Brasil. Um dos participantes tomou nota da opinião de cada operário e transmitiu à VOZ OPERÁRIA para a publicação que damos a seguir:

JOAO LOSCAL afirma que está convencido de que o Programa do P.C.B., é o único capaz de salvar o povo brasileiro. «Há muito tempo acompanho este Partido. Não sou comunista, mas venho apreciando o movimento dos Partidos Comunistas em todo o globo terrestre. Vejo o P.C. como o único salvador do povo como prova a história. O Partido Comunista é o partido da verdade. Um ou outro companheiro que tinham ilusões nos patrões eu o combatia. Hoje um dos que defendiam o patrão diz que está completamente revoltado e não é contra o Partido Comunista em quem ele reconhece como o Partido dos trabalhadores. Como ele, dois irmãos seus compreendem que o P.C.B., pode salvar o povo brasileiro da fome e da miséria».

ALYIM, outro trabalhador, declarou: «Há muito tempo trago o Programa em minha cabeça. Na parte que diz respeito ao confisco das terras dos grandes latifundiários estas deverão ser entregues

a quem as trabalha. Grandes quantidades de terras estão acambradas pelos estrangeiros como aqui em Morro Velho, a Siderúrgica, Belgo Mineira, Vale do Rio Doce e outras companhias que não permitem que se tire nem cipó. Assim, com a realização do Programa, estas terras serão dadas a todos que quiserem plantar. Isto vai facilitar até nos vencimentos por que cada um terá sua charrinha, poderá colher muita coisa, não precisando comprar por preços altos. O povo terá fartura; acabará a miséria, e poderemos contar com máquinas, empréstimos; escolas, hospitais. O nível de vida do povo se elevará».

FELIX diz: «O Programa é passível a outro e que estudei. Achei-o justo em todos os pontos, mas não está claro para mim, como poderá ser realizado diante da política do governo. É preciso uma luta e um grande trabalho para realizar o Programa».

PARA ALEIDE, o Programa é justo. Com um governo que ajude o povo em todos os sentidos e isole os americanos de nossa pátria, ponha um freio nos tubarões, diminua os impostos e que todos os países respeitem nossa soberania e nossas leis, só isso já constitui uma grande coisa para a melhora da vida do povo.

MARO diz: estou de acordo com o Programa em todas as realizações, mas Getúlio constitui um obstáculo e tudo fará para impedir a sua realização».

PEDROSA fala: «é uma realização humana principalmente no que diz respeito ao confisco das

terras, pois se eu tivesse ao menos um alqueire de terra não teria sido obrigado a vir trabalhar na mina em condições de trabalho miseráveis. Eu estaria plantando, concorrendo para acabar com a miséria e a fome causadas pelos tubarões que nos vivem explorando. Só mesmo a luta tremenda contra os latifundiários, tomando suas terras e entregando nos que as queiram trabalhar, mudando este regime, resolverá a situação do povo».

APOLINARIO declara estar certo de que será realizada brevemente esta modificação do regime. Virá a felicidade para o povo. Estou disposto a qualquer hora ajudar a defender mesmo com a vida a conquista desse novo regime e acabar com esse poder de ladrões e exploradores».

JOAQUIM fala sobre o Programa que é verdadeiro em todos os pontos. Não nehel sequer um erro. Espero que seja realizado. Talvez não se refira às eleições por que as coisas pioram dia a dia».

ARISTINO fala sobre o Programa: «O, todo e compreendi bem todas as suas frases. Um Programa como esse qualquer Partido tinha — obrigação lançar e defendê-lo até o fim. Entretanto, o Programa só pode ser defendido pelos comunistas por que Getúlio e os grandes capitalistas apoiam os americanos em todos os pontos e só faz demagogia para a classe operária que sofre as consequências lançando impostos nas costas do povo. O povo deve defender este Programa e eu ajudarei no sentido de salvar o nosso Brasil».

PERGUNTAS E RESPOSTAS

PERGUNTA — Quais as classes sociais que existem no Brasil? Há alguma diferença entre proletariado e classe operária?

(LETICIO — Manaus)

RESPOSTA — Segundo ensinava Lênin, «as classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se encontram em face dos meios de produção (relações que em grande parte são estabelecidas e formalizadas nas leis), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, consequentemente, pelo modo e a proporção em que recebem a parte de riqueza social de que dispõem».

No Brasil existem, de um lado, os latifundiários e a burguesia, constituindo as classes dominantes. De outro lado, como classes exploradas e oprimidas, há o proletariado e os camponeses. Como camadas intermediárias, existem os diversos setores da pequena burguesia».

Os latifundiários constituem os remanescentes da sociedade feudal e formam a base em que se apoia a dominação imperialista norte-americana no Brasil. Seus interesses estão inseparavelmente ligados aos interesses dos monopólios americanos, com os quais formam um sistema único de exploração e opressão de nosso povo. O governo de Vargas é um instrumento a serviço da defesa dos interesses dos latifundiários e dos imperialistas lanques.

A BURGUESIA, dado o atraso do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é uma classe que se diferenciou em dois grupos: de um lado, a grande burguesia, ligada ao imperialismo norte-americano; de outro lado, a burguesia nacional, cujos interesses são atingidos pelos monopólios dos Estados Unidos e pode, por isso, ser atraída à luta anti-imperialista ou, em último caso, manter uma posição de neutralidade favorável ao povo.

No campo, a burguesia é constituída pelos camponeses ricos.

O PROLETARIADO é a classe mais avançada da sociedade brasileira, a única classe consequentemente revolucionária. É formada pelos operários das cidades e pelos assalariados agrícolas. O proletariado encontra-se oprimido pelos imperialistas, pelos latifundiários e pela burguesia. Guiado pelo Partido Comunista, o proletariado é a classe que dirige a frente única anti-imperialista e anti-feudal. Só o proletariado pode unificar as demais classes e camadas sociais atingidas pela dominação lanque, e conduzi-las na luta pela libertação nacional.

OS CAMPONESES representam o setor mais numeroso da população brasileira. Podem-se distinguir três categorias de camponeses: camponeses ricos, camponeses médios e camponeses pobres. Os primeiros constituem a burguesia rural. Os camponeses médios geralmente não exploram a ninguém, trabalhando para si mesmos. Os camponeses pobres, sem terra, sujeitos principalmente à «meação» e à «terço», formam o maior contingente da população camponesa. É especialmente a eles que se dá a designação de campesinato. São impiedosamente explorados pelos latifundiários e oprimidos pelo governo. Os camponeses pobres constituem um semi-proletariado do campo, sendo o aliado natural e mais consequente do proletariado na revolução democrático-popular. A aliança entre a classe operária e os camponeses constitui a base da frente democrática de libertação nacional.

Existe ainda, como camada média, a pequena burguesia, que é formada por diversos setores: a intelectualidade, os empregados, os funcionários públicos, os artesãos, etc.

Quanto à parte final da pergunta, esclarecemos que, em relação ao Brasil e a todos os países onde existe ainda a dominação de classes, não há qualquer diferença entre proletariado e classe operária. Proletariado é uma classe que, estando privada dos meios e instrumentos de produção, é explorada pela burguesia, à qual se vê obrigada a vender a sua força de trabalho em troca do salário. Portanto, é necessário que desapareça a exploração de classes para que deixe de existir o proletariado. É o que se verifica na U.R.S.S., onde o antigo proletariado explorado pelo imperialismo e pelos capitalistas russos, libertou-se de todo tipo de exploração e opressão, convertendo-se na classe que, em comum com todo o povo soviético, tem em suas mãos os meios e instrumentos de produção, e é a força dirigente da poderosa União Soviética. Na U.R.S.S., portanto, seria erro chamar de proletariado aos trabalhadores soviéticos.

Nos países, porém, onde existem ainda classes exploradoras e exploradas, não há qualquer diferença entre proletariado e classe operária.

Participemos Ativamente Das Eleições Sindicais

LUIZ TELES

A política trabalhista do governo Vargas tem por base, há muitos anos, o controle ministerialista e policial dos sindicatos e sua qualificação como organizações independentes de luta pelos interesses da classe operária.

Esta política visa impedir a unidade e a organização do proletariado. Vargas redobre esforços para esmagar as lutas da classe operária. Por um lado, usa a violência fascista e, por outro, lança mão da mais cínica e desmentada demagogia.

Entretanto, sob a orientação dos comunistas, cresce dia a dia a participação dos trabalhadores na luta pela libertação dos sindicatos da tutela policial ministerialista. Prova disso foi a vitória dos trabalhadores nas eleições para as diretorias de muitos sindicatos, realizadas em 1952. Apesar do caráter reacionário da portaria n.º 15, que regulamentou essas eleições, o proletariado conseguiu levar aos postos dirigentes inúmeros operários honestos.

A participação de líderes sindicais como delegados dos trabalhadores brasileiros no IV Congresso da C.T.A.L. e no III Congresso Mundial dos Trabalhadores, realizado sob o patrocínio da Federação Sindical Mundial, constitui novo e valioso êxito na luta dos operários para libertar os sindicatos das garras do Ministério do Trabalho, e para unir as lutas da classe operária brasileira à luta dos trabalhadores de todos os países.

Neste ano, realizar-se-ão, em grande número de sindicatos, eleições para renovação das diretorias eleitas em 1952. Este fato tem grande importância para os trabalhadores.

Para "regulamentar" essas eleições, o governo de Vargas elaborou e deu publicidade às "Instruções para Eleições Sindicais". A atual portaria revela todo o cinismo do latifundiário Vargas. Fala em liberdade sindical, mas pretende com essa nova "regulamentação" das eleições, perpetuar o regime de intervenção ministerialista nos sindicatos.

As eleições sindicais continuarão sendo rigorosamente controladas pelo Ministério do Trabalho. Esse Ministério estabelece as normas para as eleições e designa as mesas coletoras. Messes coletoras itinerantes só serão instaladas com autorização do Ministério do Trabalho. As mesas apuradoras serão presididas por funcionários do "Ministério Público do Trabalho" isto é, por elementos inteiramente estranhos à classe operária. O único "direito" dos sindicatos é o de receber do Ministério do Trabalho a comunicação sobre as designações feitas à revelia dos trabalhadores.

No capítulo da inelegibilidade, a portaria mantém o texto da Consolidação das Leis do Trabalho. Diz a portaria que são inelegíveis os que professarem ideologias incompatíveis com as instituições e os interesses da nação. Isto quer dizer que não podem ser eleitos os que não rezam pela cartilha do governo. Em substituição ao famigerado atestado de ideologia, a portaria exige de cada candidato, para efeito de registro, uma declaração do próprio punho, com a conhecida por tabelião, de que não incorre em qualquer das cláusulas de inelegibilidade prevista na lei. O candidato compromete-se, assim, se eleito para a direção do sindicato, a nada fazer em contrário às determinações do Ministério do Trabalho. Exige-se do futuro diretor fidelidade incondicional ao governo de Vargas que esmoeira nosso povo e vende o Brasil aos imperialistas norte-americanos.

Também não podem votar nem ser eleitos os analfabetos. O governo de Vargas, além de negar a instrução primária aos trabalhadores, priva a mais de 50% dos operários brasileiros do direito elementar de votar e ser votado em suas organizações de classe. Visa com isso dividir os operários entre analfabetos e alfabetizados e afastar da vida associativa a maioria dos trabalhadores.

A atual portaria de Vargas mantém na íntegra o reacionário artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho e seus parágrafos e conserva os itens mais antidemocráticos das portarias de Dutra e de 8 de abril de 1952.

Por isso mesmo, a atual portaria é uma lei fascista e inconstitucional. Substitui a liberdade sindical e a soberania das assembleias pelo controle total das eleições e dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e pela polícia. O governo pretende realizar uma caricatura de eleições, impedir a escolha de verdadeiros dirigentes dos trabalhadores.

Eleições desse tipo, por não serem livres, não podem expressar a vontade da grande maioria dos operários. Mas os trabalhadores compreendem, por experiência própria, que essas eleições sindicais devem ser utilizadas cada vez mais amplamente para desmascarar a demagogia «trabalhista» de Vargas e impulsionar a luta pela unidade e organização da classe operária. A classe operária não volta as costas aos sindicatos. Isso seria fazer o jogo de Getúlio. A classe operária não renuncia aos seus direitos sindicais. Ingressa nos sindicatos e luta pela posse do que é seu, exige com redobrado vigor autonomia e liberdade sindicais para levar às direções seus companheiros de confiança.

Ao lado da denúncia e dos protestos contra a portaria fascista que «regulamenta» as eleições, o proletariado prepara-se para participar ativamente nas eleições sindicais e infligir novas derrotas à política policial ministerialista do governo nos sindicatos. Nesse sentido, uma série de medidas começam a ser tomadas pelos operários mais esclarecidos: saber, desde já, quando e onde serão realizadas eleições; preparar os documentos dos prováveis candidatos; constituir chapas unitárias à base de programas concretos que contemplem as reivindicações mais sentidas e imediatas dos operários; preparar os fiscais, que conheçam as leis que regulamentam as eleições; organizar comissões unitárias nos sindicatos e nas empresas que, ao lado das reivindicações livres e para eleger os operários honrados e consequentes.

É indispensável desalojar os inimigos do proletariado, enquadrados nos postos de direção dos principais sindicatos, tanto os grandes como os pequenos. A experiência mostra que a subestimação pelos sindicatos pequenos possibilita que os mesmos sejam transformados pelo governo em ninhos de pelegos ministerialistas.

Existem todas as condições para uma ativa participação de classe operária nas eleições sindicais que estão se realizando ou que se realizarão no corrente ano. É possível infligir novas derrotas à política reacionária de Vargas nos sindicatos e dar novos e importantes passos para a conquista da liberdade, unidade e organizar o movimento sindical.

DIVULGADO INTERNACIONALMENTE O PROJETO DE PROGRAMA DO P.C.B.

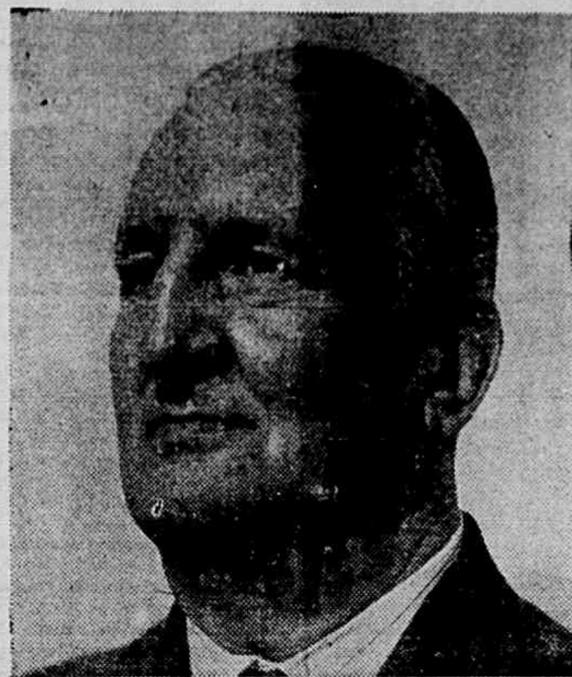
Publicado o texto integral do documento no órgão do Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários

O NÚMERO do dia 26 de fevereiro último do semanário «Por Uma Paz Duradoura, Por Uma Democracia Popular», órgão do Bureau de Informações dos Partidos Comunistas e Operários, publica o texto integral do projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil. O documento ocupa toda a terceira página do jornal, de quatro

páginas, e mais cerca de um terço da última. Na primeira página vem publicada uma nota sobre a preparação do IV Congresso do P.C.B., reproduzindo-se a ordem do dia do Congresso. A nota menciona ainda a discussão que vem sendo realizada através das colunas de VOZ OPERÁRIA, em seu suplemento «Tribuna do IV Congresso».

O semanário do Bureau de Informações dos Partidos Comunistas e Operários é editado nos principais idiomas do universo e suas matérias são usualmente reproduzidas por jornais progressistas em quase todos os países. A publicação, na íntegra, do projeto de Programa do P.C.B. pelo órgão do Bureau de Informações constitui motivo de júbilo para os trabalhadores e o povo de nosso país, onde o Programa do P.C.B. vem sendo entusiasmaticamente recebido como a justa saída para a

situação de miséria, fome e opressão imperialista reinante no Brasil. Por outro lado, a inclusão desse documento nas páginas de «Por Uma Paz Duradoura, Por Uma Democracia Popular», dá à aparição do projeto de Programa do P.C.B. repercussão internacional, situando-a como um acontecimento de monta e vida do movimento comunista mundial e na luta dos povos contra a opressão imperialista e os provocadores de guerra e por sua libertação social e nacional.



Sr. Abel Chermont

Renovadas as Esperanças de Uma Paz Duradoura

Reunido o Conselho do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz

ENCONTRA-SE reunido, na capital do país, o Conselho do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz a fim de examinar a situação atual da luta pela paz e as medidas e trabalhos a empreender em nosso país em favor do entendimento entre as nações. Trata-se de um acontecimento acompanhado com o maior interesse pela opinião pública, interessada em que novos progressos possam ser alcançados, graças às campanhas e aos esforços conjuntos dos povos contra as maquinacões guerreiras.

No nosso povo acostumou-se a ver nos Partidários da Paz um movimento que, atra-

ves de suas campanhas, traz os generosos sentimentos de nossa gente em favor do entendimento entre os países e toda a profunda repulsa dos brasileiros às aventuras guerreiras que os imperialistas norte-americanos porfiam por desencadear, visando a conquista do mundo através da guerra total. Daí a atenção e o interesse com que milhões de partidários da paz acompanham as reuniões realizadas pelo M.B.P.P.

A reunião de agora se realiza justamente depois que um importante acontecimento se processou no cenário internacional: a Conferência dos Chanceleres dos Quatro Grandes em Berlim. Esse conclave, em si mesmo uma conquista do poderoso movimento mundial em favor de negociações entre as grandes potências, representou, também pelos resultados alcançados, uma vitória dos povos e, particularmente, da diplomacia de paz da União Soviética.

Pode-se dizer que a Conferência de Berlim constituiu mais um importante passo no sentido do alívio da situação internacional, já que, após a Conferência, a ameaça de guerra imediata tornou-se ainda mais improvável.

Por outro lado, a reunião de Berlim tornou claro que o principal obstáculo que se opõe concretamente a um acordo entre as grandes potências é a chamada «Comunidade Européia de Defesa» (C.E.D.), principalmente depois que o chanceler Molotov, da U.R.S.S., propôs um pacto de segurança mútua para toda a Europa, em substituição à C.E.D., que é um pacto de caráter abertamente agressivo e extremamente impopular na Europa, especialmente na França e na Inglaterra, pelas responsabilidades guerreiras que envolve para os povos daqueles países.

Assinala-se ainda que, a Conferência de Berlim, concluindo por uma nova Conferência em Genebra, com a presença da China Popular, permitiu que se retomassem os assuntos não solucionados em Pan Mun Jon, o que representa uma nova esperança para os povos, ansiosos por uma paz duradoura.

Ação Comum Para Derrotar O Governo Opressor

EM entrevista concedida a jornais do Rio de São Paulo, o ex-Presidente Artur Bernardes ressaltou a necessidade de mudar o regime atualmente em vigor, que tachou de «ditadura com aparência legal de democracia». O líder do Partido Republicano fez observações realistas sobre a situação do Brasil, onde a miséria é alarmante e onde se morre de tuberculose por fome e se encontra quem dê o atestado de «inanição». «O grande problema atual», salientou, «é o alto custo de vida, e a incapacidade governamental em atender às reivindicações mais imediatas do povo».

Falando da situação política, o sr. Artur Bernardes referiu-se à ausência de liberdades para o povo, a quem «se nega, até o direito de protestar, e se expressar livremente».

Os pontos de vista expostos pelo ex-Presidente da República constituem mais um significativo depoimento, que se junta ao de tantos outros homens públicos de diferentes partidos já divulgados, sobre a situação intolerável que atravessa nosso país, submetido ao jugo americano e ao despotismo de uma camarilha de parasitas, aliados aos trustes ianques e que tem no governo de Getúlio o seu principal instrumento. São políticos e personalidades, não macomunados com o imperialismo americano, que, dessa ou daquela forma, confirmam a análise da

situação brasileira contida no projeto de Programa do P.C.B. e refletem o sentimento existente entre as mais vastas camadas do povo de que não é mais possível viver no atual estado de miséria e opressão e que cumpre lutar por um novo governo, verdadeiramente do povo, que assegure a independência do país e seja o executor das reivindicações mais sentidas dos operários e camponeses, de industriais e comerciantes nacionais, de toda a massa do povo, representando a esmagadora maioria da nação.

Pronunciamentos como o que agora expôs o deputado Artur Bernardes, indicam a existência de pontos de vista comuns a homens das mais diferentes correntes sobre a necessidade de lutar contra o governo de miséria e traição de Vargas. Acima de quaisquer divergências, nosso povo aspira por liberdades democráticas e repele quaisquer tentativas no sentido de barrar com o terror fascista seus protestos e suas lutas por dias melhores e em defesa da pátria ameaçada pela agressividade dos monopólios ianques. Cresce no país a convicção de que os interesses anti-nacionais e anti-populares representados por Getúlio podem ser derrotados, desde que as forças realmente democráticas saibam unir seus esforços, inclusive nas próximas eleições, passando de pontos de vista comuns à luta comum para salvar a pátria e seu povo da catástrofe.

A Agressão Inanque à Guatemala

DEPOIS de ensalada, a peça deve ser levada ao palco, conforme a praxe. Não fugiu a esta norma o agressivo governo norte-americano que, durante meses a fio preparou a "acusação" à Guatemala, como uma "cabeça de ponte comunista" e uma "ameaça ao hemisfério." Dulles, logo após o chanceler guatemalteco ter, em Caracas, esclarecido a posição de seu país e repellido a pressão dos trustes america-

Como se sabe há meses, os Estados Unidos acusam o governo da Guatemala de ser um governo comunista e cuidam de derrubá-lo, por todos os meios de pressão externa e interna. Basta lembrar a insidiosa campanha de calúnias realizada por toda a imprensa dos trustes nos Estados Unidos e a violenta nota que o secretário de Estado adjunto norte-americano entregou ao embaixador da Guatemala, em Washington, no mês de setembro passado, e que foi por ele proclamada como tendo "conceitos ofensivos quanto ao tratamento de Estados soberanos."

Notícia da Guatemala

A Guatemala é um pequeno país da América Central, duramente explorado pelos trustes americanos. Sua população, em maioria camponesa, viveu sempre na maior miséria, sem terras de cultivo, sem escolas, sem hospitais, sujeita a um regime de saque desenfreado por parte dos grandes latifundiários e dos imperialistas que conservam no campo velhas reminiscências do feudalismo, a tal ponto, que, às vezes os latifundiários vendem, com as terras, os camponeses que a cultivam.

Vinte famílias dominaram até agora o campo guatemalteco e além delas imensas terras pertencem ao poderoso truste United Fruit.

A United Fruit

A United Fruit Company é a principal empresa imperialista do país. A ela pertence o monopólio da exportação de bananas. A seus imensos latifúndios somam-se os da Companhia Agrícola Guatemalteca, sua subsidiária, possuidora de outras enormes áreas. A United Fruit Co. é, além disso, a principal acionista da International Railways of Central America (IRCA) companhia ferroviária única

nos sobre sua pátria, distribuiu uma nota aos delegados, exigindo que a X Conferência Internacional Americana proclame "novamente que a dominação de qualquer Estado americano pelo movimento comunista internacional constituirá uma intervenção de potência política estrangeira e uma ameaça à paz na América."



Presidente da República da Guatemala, Jacob Arbenz

existente no país, que liga os três portos existentes na Guatemala (Puerto Barríos, San José e Champerico) e os domina de modo direto (Puerto Barríos) ou indireto (os dois outros.)

Além dessas três companhias citadas (na prática três braços de um só truste) existe ainda a Empresa Elétrica de Guatemala que possui quase todas as centrais elétricas do país.

Temos, pois, que o imperialismo americano avassalou impiedosamente o país, monopolizando seus transportes ferroviários, seu comércio exterior, e submetendo a seu guante grandes massas camponesas.

das dos latifundiários e da United Fruit, detendo ainda essa companhia e os senhores rurais as áreas realmente cultivadas. Além disso os proprietários de terras receberam indenizações conformes as declarações por eles mesmos prestadas para o fim de pagamentos de impostos. Está claro que, para burlar as leis, a United Fruit Co. e os latifundiários declaravam, frequentemente que as terras tinham um valor abaixo de seu valor real. Mas, nesse caso, a diferença já estava paga, de há muito pelo próprio lucro que eles obtiveram mediante essas trapalhadas fiscais.

A Lei de Reforma Agrária constituiu um poderoso impulso à vida do país. Mas contra ela se voltaram os latifundiários e a United Fruit. Para que se tenha a noção de como essas forças retrógradas lutam contra o progresso, da Guatemala, basta dizer-se que, mesmo antes da reforma agrária, ainda sob o governo de Arévalo, as forças progressistas tiveram de derrotar mais de trinta levantes armados por eles organizados e financiados. Depois de 1952, a conspiração tornou-se mais aguda ainda. Agindo em nome da United Fruit que desfruta de altas posições no governo americano, as autoridades americanas desencadearam uma campanha feroz para derrubar o governo Arbenz e instaurar uma ditadura que se deixe manobrar

O regime democrático

Foi sob seu atual governo que o processo de democratização do país se intensificou. A medida mais importante estabelecida foi a da reforma agrária decretada em 1952, em benefício de amplas massas camponesas que até então não tinham a menor possibilidade de melhorar seu nível misérrimo de vida. Essa reforma agrária é moderada, atingindo os bens do Elco confiscados durante a guerra, as terras do Governo, as dos latifundiários e das companhias exploradoras estrangeiras. Deve-se ressaltar que só foram distribuídas as terras não cultiva-

das dos latifundiários e da United Fruit, detendo ainda essa companhia e os senhores rurais as áreas realmente cultivadas. Além disso os proprietários de terras receberam indenizações conformes as declarações por eles mesmos prestadas para o fim de pagamentos de impostos. Está claro que, para burlar as leis, a United Fruit Co. e os latifundiários declaravam, frequentemente que as terras tinham um valor abaixo de seu valor real. Mas, nesse caso, a diferença já estava paga, de há muito pelo próprio lucro que eles obtiveram mediante essas trapalhadas fiscais.

A Lei de Reforma Agrária constituiu um poderoso impulso à vida do país. Mas contra ela se voltaram os latifundiários e a United Fruit. Para que se tenha a noção de como essas forças retrógradas lutam contra o progresso, da Guatemala, basta dizer-se que, mesmo antes da reforma agrária, ainda sob o governo de Arévalo, as forças progressistas tiveram de derrotar mais de trinta levantes armados por eles organizados e financiados. Depois de 1952, a conspiração tornou-se mais aguda ainda. Agindo em nome da United Fruit que desfruta de altas posições no governo americano, as autoridades americanas desencadearam uma campanha feroz para derrubar o governo Arbenz e instaurar uma ditadura que se deixe manobrar

Prepara-se a intervenção

Visando a intimidar o Governo democrático da Guatemala todos os meios e modos de pressão são postos em prática pelos gananciosos imperialistas americanos. Falhados os recursos de golpes internos, querem promover uma intervenção mascarada. Para isso e como primeiro passo para a intervenção noutros países, fizeram inscrever, na agenda da Con-



ferência de Caracas o ponto oito, relativo à suposta intervenção do comunismo internacional nas Repúblicas Americanas.

A manobra grosseira consiste em acusar de comunista o governo da Guatemala para, então, em nome do anti-comunismo, intervir no país. Fosse ou não fosse comunista o governo da Guatemala, seria esse um assunto da única e exclusiva alçada do povo guatemalteco. Mas, como vimos, não se trata de medidas de caráter socialista. A reforma agrária não toca nas bases do capitalismo e significa, ao contrário, um estímulo ao desenvolvimento da burguesia nacional e medida de defesa da economia do país.

Depoimentos irrespondíveis de personalidades brasileiras

Entre os depoimentos que desmascaram a agressiva campanha americana contra a independência da Guatemala destacam-se os de dois brasileiros que conhecem de perto a situação daquele país centro-americano.

O jornalista João Portela Elbeiro Dantas, diretor do «Diário de Notícias» do Rio de Janeiro, visitou a Guatemala há pouco e concedeu a propósito uma entrevista à agência France Presse, afirmando entre outras cousas: «A América Central está totalmente abafada pelos interesses da companhia norte-americana «United Fruit», empresa a que pertencem as rodovias, as ferrovias, os portos e os navios. Acrescentou o sr. Dantas que a equipe dirigente da Guatemala é composta de homens jovens que querem antes de mais nada obter a emancipação econômica do seu país e organizar sua produção nacional. Foi daí que partiu a lei agrária.»

O sr. Portela Dantas acentuou que o chanceler guatemalteco, Sr. Guilherme Torriello, lhe exprimiu a esperança de que o Brasil apoia-

ria a Guatemala na sua luta contra a intervenção estrangeira e pela independência.

O diplomata Carlos Silveira Martins viveu sete anos na Guatemala, como embaixador do Brasil. Eis algumas de suas declarações (Diário de Notícias, 14-3-54) a respeito da situação daquele país:

«Para compreender-se a atual situação guatemalteca, é mister saber-se que a Guatemala viveu cerca de 70 anos sob o peso das mais negras ditaduras, tendo Carreira governado 33 anos, Estrada Cabreira, 24 e Jorge Ubino, 17 anos.»

Uma revolução popular acabou com esta situação, o povo elegeu seu governo. «Posso assegurar, diz o embaixador, que o movimento revolucionário e suas realizações têm caráter eminentemente nacionalista do qual participam todas as correntes políticas sem distinção. Isso afeta como é evidente os interesses monopolistas estrangeiros, representados na Guatemala, como é notório, pela United Fruit, companhia que é um verdadeiro polvo.»

Defender a Guatemala

É claro que os comunistas estão nas primeiras filas do povo guatemalteco em defesa da independência de seu país e, nesse sentido, apoiam decididamente o governo democrático do presidente Arbenz, a fim de que seja consolidado o regime atual, ampliada a reforma agrária e tomadas as outras medidas necessárias ao maior desenvolvimento do país.

Nos dias de hoje, defender a Guatemala, e travar a mão sanguinária dos trustes que pretendem afogá-la em sangue é um dever sagrado para todos os povos da América, que tem, como o da Guatemala, o seu principal inimigo no imperialismo norte-americano, que a todos ameaça e oprime. Por isso, as palavras candentes que o chanceler Torriello pronunciou em Caracas arrancam aplausos de todas as pessoas de bem.



«A reação internacional, ao mesmo tempo que assina a Guatemala como uma ameaça à solidariedade continental, prepara vastos planos intervencionistas como o recentemente denunciado pelo meu governo... A União Soviética não interveio, nem interveio em nossos negócios internos, nem nos ameaça com qualquer intervenção, contrariamente ao que se pretende nos círculos dominantes de outros países.»

As discussões de Caracas levaram ao ponto mais agudo o problema da intervenção na Guatemala, apresentado por Dulles da maneira mais cínica e brutal. Elas põem em jogo a independência de nossas pátrias.

Urge, pois, mais do que nunca, aumentar a campanha de solidariedade ao povo da Guatemala. Todos os democratas brasileiros cumprirão, sem dúvida, esse dever histórico.

SOLIDARIEDADE À GUATEMALA

A todos os democratas e patriotas que queiram manifestar sua solidariedade à Guatemala, suas mensagens poderão ser enviadas para: Embaixada da Guatemala — Av. Rui Barbosa, 170 (antigo 422), 1.º andar, apto. 12, Rio de Janeiro.

E as moções de protesto contra a agressão inique àquele país, poderão ser remetidas para: Embaixada Americana, Av. Presidente Wilson, nº. 165, Rio.



Mulher guatemalteca com traje característico. Seus traços e indumentária revelam a descendência dos índios da América Central.



O vendedor de vasos de barro vai à feira, figura típica da Guatemala. O povo guatemalteco não quer mais ser besta de carga, enge-se contra o jugo do imperialismo americano.

Realizam-se a 14 de março

As Eleições Mais Democráticas do Mundo

REALIZAM-SE amanhã, 14 de março, em toda a União Soviética, as eleições para o Soviet Supremo da U.R.S.S.. Contando com 36 anos de existência, o Estado Soviético fornece a todos os povos do mundo um exemplo magnífico dos resultados brilhantes a que pode chegar, em matéria de democracia, um povo liberto da exploração e que tomou em suas mãos o poder político.

Com justa razão os povos de todos os países vêem na U.R.S.S. a concretização da mais elevada e completa democracia que já houve na história, com justa razão vêem nas eleições soviéticas as eleições mais democráticas do mundo.



Cartaz eleitoral soviético, de autoria do pintor V. Kallabin, intitulado «Quadro de honra». O artista refere-se às candidaturas de operários de vanguarda, inovadores da produção, heróis de fecundo trabalho socialista. Seus nomes figuram nas listas eleitorais como antes nos quadros de honra dos vencedores da emulação socialista.

Ativa participação das massas, essência da democracia soviética

Ao proclamar que todo o poder na U.R.S.S. pertence aos trabalhadores da cidade e do campo representados pelos soviets de deputados dos trabalhadores, a Constituição stalinista define a particularidade essencial da democracia soviética como tipo superior de democracia. De fato, ela se caracteriza pela ativa participação das massas populares, de milhões de homens, na direção do Estado.

A própria estrutura estatal soviética assegura isto, pois os soviets constituem a mais gigantesca escola de



Deputados da República Socialista Soviética da Turcomênia, em uma reunião do Soviet das Nacionalidades

direção do Estado. Basta dizer que o número de deputados em toda a U.R.S.S., incluindo-se os soviets locais, monta a cerca de 1 milhão e quinhentos mil. E a este número se acrescentam vários milhões de homens e mulheres que trabalham no aparelho do Estado, em comissões, ministérios, departamentos, etc. fazendo estudos, propostas e verificando a aplicação das decisões tomadas.

A autenticidade da democracia socialista ressalta ainda de seu sistema eleitoral. Todos os cidadãos soviéticos acima de 18 anos têm direito a voto, sem nenhuma restrição quanto a nacionalidade, raça, atividade passada, posição material, etc. As eleições se realizam por sufrágio universal, direto, igual e secreto. As eleições na U.R.S.S. constituem por isso uma verdadeira festa do povo, um dia de alegria e de manifestações de regozijo.

A situação é inteiramente outra nos países dominados pelo capital. No Brasil a maior parte dos cidadãos em idade de votar é impedida de fazê-lo devido a um sistema eleitoral reacionário que transforma as eleições numa farsa que impede a livre expressão da vontade do povo brasileiro. Nos Estados Unidos, as restrições relativas ao grau de instrução e ao nível de fortuna e outras restrições privaram de seu direito eleitoral, nas últimas eleições, cerca de 25 milhões de pessoas.

Ao contrário, nas eleições para o Soviet Supremo de março de 1950, exerceram

Nas Eleições Americanas os Asnos É Que Votam!

Em muitos Estados da União, nos Estados Unidos, o cidadão deve, para se qualificar como eleitor, fazer prova de possuir uma propriedade, um valor determinado. Certo político americano, ridicularizando este sistema, escreveu:

«Tomemos como exemplo um homem que hoje seja dono de um asno com o valor de sessenta dólares. Ele se apresenta à seção eleitoral juntamente com seu asno e é admitido a votar. No dia seguinte o asno morre. Nas próximas eleições ele se apresenta à seção sem o asno e não é admitido a votar. Agora, digam-me, o eleitor é o homem ou o asno?»

efetivamente o direito de voto 99,98% dos 111 milhões de eleitores.

Justas relações entre deputados e eleitores

Muito diferentes também são as relações entre os deputados e seus eleitores na U.R.S.S. e nos países capitalistas. Nos países de democracia burguesa o deputado namora o povo e lhe faz promessas antes das eleições. Uma vez eleito age como lhe apraz. Esquece as promessas feitas, muda de um para outro partido, promove as mais sujas negociações, aprova leis contra os trabalhadores. É «independente»...

Na União Soviética o deputado é um servidor do povo, presta contas perante seus eleitores, e é responsável perante eles. Quando os deputados não justificam a confiança do povo, a Constituição Soviética assegura aos eleitores o direito de revogar o seu mandato.

Tipo superior de democracia

As eleições que se realizam agora para o Soviet Supremo confirmam assim mais uma vez, a superioridade da democracia socialista.

A democracia burguesa que gerou o fascismo, já demonstrou sua inconsistência. Como dizia Lênin, «a democracia burguesa... continuará sendo — ela não pode ser outra coisa em regime capitalista — uma democracia estreita, mutilada, falsa, hipócrita, um paraíso para os ricos, um engodo e um embuste para os explorados, para os pobres».

A democracia soviética, ao contrário, surgiu aos olhos dos povos como uma democracia verdadeiramente do povo. Tanto na luta armada contra os inimigos do Estado Soviético como no trabalho criador durante a paz, a democracia socialista demonstrou sua força vivificante e invencível.

Como força principal do campo anti-imperialista e democrático, a União Soviética, apoiada pelos países de democracia popular, pela China Popular, pelos elementos progressistas de todos os países, luta firmemente pela paz, contra os incendiários de guerra, pela vitória dos princípios democráticos nas relações entre os povos.



O QUE É O SOVIET SUPREMO?

O Soviet Supremo é o órgão supremo do poder estatal na U.R.S.S..

Compõe-se de duas câmaras: O Soviet da União e o Soviet das Nacionalidades, ambas eleitas por quatro anos, e com iguais direitos. Uma lei só entra em vigor depois de aprovada pelas duas Câmaras.

O Soviet da União é eleito na razão de um deputado por 300.000 habitantes. O Soviet das Nacionalidades é eleito na seguinte proporção: cada uma das 16 repúblicas federadas elege 25 deputados; cada uma das 16 repúblicas autônomas elege 11; cada uma das 9 regiões autônomas 5, e cada um dos 10 distritos nacionais elege 1 deputado.

O Soviet Supremo exerce todos os poderes atribuídos pela Constituição stalinista à União Soviética. Acima dele não há nenhum órgão, não existindo tampouco organismo a ele equivalente. Ao contrário, todos os outros órgãos do poder na União Soviética são por ele designados e estão obrigados a prestar contas de sua atividade perante o Soviet Supremo. Na União Soviética o Poder é uno, não existe a divisão dos poderes.

É de competência exclusiva do Soviet Supremo: promulgar as leis válidas para toda a U.R.S.S.; rever a Constituição e zelar por sua aplicação; admitir novas repúblicas, sancionar modificações nas fronteiras da U.R.S.S.; formar novas repúblicas autônomas, regiões e territórios; proclamar a guerra e concluir a paz; contratar e outorgar empréstimos; elaborar os planos quinquenais; aprovar o orçamento da U.R.S.S.; eleger o Presidium do Soviet Supremo; formar o Conselho de Ministros; eleger o Supremo Tribunal e os tribunais especiais da U.R.S.S.; nomear o procurador da U.R.S.S..

As últimas eleições para o Soviet Supremo realizaram-se em março de 1950. Foram eleitos para ele 1.316 deputados operários camponeses, empregados e intelectuais.

ASSIM É O PARLAMENTARISMO BURGUES

«A experiência do parlamentarismo na França e na América demonstrou que, sem sombra de dúvida, o poder aparentemente democrático oriundo do sufrágio universal é de fato uma coalisão com o capital financeiro, a qual é notavelmente distante e diferente da verdadeira democracia.

Na França, este país de democracia burguesa, os deputados são eleitos por todo o povo, mas os ministros são nomeados pelo Crédit Lyonnais. Na América, as eleições são gerais, mas são os testas-de-ferro do milionário Rockefeller que detêm o poder.» (J.V. STALIN, Obras tomo IV, pg. 36, edição russa).

A DEMOCRACIA DEFENDIDA DO GENERAL ZENÓBIO

QUANDO o general Zenóbio assumiu a Pasta da Guerra pronunciou um discurso perfeitamente adequado à sua fisionomia reacionária, bem diferente está claro, no tom e no estilo, dos que os militares ouviam, por exemplo, de um Benjamin Constant, num tempo que já val longe. O Ministro da Guerra falou na democracia que ia impôr com «os canhões», e todo mundo viu logo que são precisamente os canhões do general Zenóbio uma das ameaças mais evidentes à vida democrática do país, impedida de desenvolver-se pelo governo de que ele é ministro.

Confundindo sua posse com uma sacração real, ao som de caixas, o general proclamou ordens ao Congresso Nacional, ameaçou a classe operária, insultou os servidores civis e, como não podia deixar de ser, voltou-se contra os comunistas. Tudo isso, supostamente, em nome dos militares que, infelizmente para eles e para o país, não escolhem o Ministro da Guerra que é apenas um delegado do presidente da República.

Logo se viu a democracia canhoneada do general Zenóbio. Na polícia, onde está ancorado um outro general, o alvoroço foi grande e fez-se prontamente o ensaio para uma «defesa integral» da democracia zenobiana. Quatro cidadãos foram presos ilegalmente e espancados com todos os requintes de barbaridades para que assinassem os papéis que lhes apresentavam alguns sacripantas da Ordem Política e Social. Um deles, Francisco Ximenes, foi sequestrado e a polícia respondeu cinicamente à justiça que a interpelou, que ele não fora sequer preso. As provas eram evidentes, porém, o próprio «O Globo», sabidamente ligado à Rua da Relação, publicara, com destaque, o retrato dos «agitadores» presos e entre eles estava Ximenes. Começaram, pois, a avolumar-se os protestos indignados da opinião pública. Finalmente tudo se esclareceu: Ximenes fora transferido para Niterói, isto é, fora subtraído à ação da justiça, sendo solto, ao fim de oito dias, graças aos protestos generalizados. Tinha sido posto em voga o chamado «poder de polícia» que deixou tantas saudades ao general Etchegolen.

O caso de Ximenes é um atentado flagrante aos direitos individuais dos cidadãos sobre os quais tripudia o governo. Ele ilustra o desrespeito completo às próprias leis votadas pelos representantes desse regime e atesta os perigos que pairam sobre todos os que não se conformam em rezar pelo breviário de Getúlio. Quem duvida que é preciso unir-se contra isso?

Milhões de Brasileiros Exigem: Liberdade Para o Partido Comunista!

Diante da grave situação que atravessa o país, operários e camponeses, industriais e comerciantes, homens de ciência e ilustres personalidades, a esmagadora maioria do povo, enfim, reclamam a plena participação legal do P.C.B. na vida política não apenas como um direito, mas como uma exigência dos mais altos interesses da nação

SEM A PARTICIPAÇÃO LEGAL DO PCB NÃO PODE HAVER ELEIÇÕES REPRESENTATIVAS NO PAÍS

CENTENAS DE SENADORES, DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS JÁ SE PRONUNCIARAM

PELA EXISTÊNCIA LEGAL DO PARTIDO DA CLASSE OPERÁRIA DO POVO

EM todo o país avoluma-se a onda de descontentamento contra o atual estado de coisas. Em todas as camadas do povo brasileiro sente-se a necessidade de uma mudança. Surgem, sob as mais diversas formas, protestos contra a situação do país aos tristes americanos e contra a situação de descabimento interno, de opressão, miséria e carestia, de desorganização, ineficiência e corrupção, situação que se torna dia a dia mais intolerável.

Premido por dificuldades sem conta, nosso povo busca soluções para seus problemas. Lutam os cidadãos pelos seus direitos espezinhados, reclama a população contra a alta vertiginosa dos preços, lutam os operários por aumento de salários, erguem-se os patriotas em defesa da independência e da soberania nacional. Lutando por suas reivindicações mais prementes, nosso povo enfrenta as tentativas fascistas de fazer o calar pelo terror policial e exige o respeito às liberdades democráticas, defende a vigência e a ampliação dos direitos consagrados na própria Constituição. Milhões de patriotas sentem, porém, que não será possível resolver qualquer problema, conquistar e manter as liberdades, defender a nação dos abutres do imperialismo, sem a presença orientadora e atuante do Partido Comunista, o partido político independente da classe operária. Para conduzir a bom termo o debate e a solução dos problemas nacionais com a rapidez necessária, porém, o povo brasileiro, e as forças democráticas precisam contar com o Partido Comunista do Brasil atuando em plena legalidade.

Parlamentares e Personalidades de Todas as Correntes: Deve Ser Legal o Partido Comunista do Brasil

Em nosso país, há hoje a nítida consciência de que é uma necessidade a existência legal do Partido Comunista. De todos os recantos, personalidades e associações, homens do povo de todas as condições manifestam abertamente essa ideia: Cumpre reconhecer o direito à legalidade do Partido Comunista! Esse movimento reflete-se no próprio parlamento, onde dezenas e dezenas de parlamentares já se declararam favoráveis à medida. Senadores dos mais diversos partidos — como Athilo Viveiros, Kerginaldo Cavalcanti, Mozart Lago, Euclides Vieira, Pasqualini, Gomes de Oliveira, e tantos outros, inclusive alguns que se encontram hoje no governo, como Café Filho e José Américo — já se manifestaram reiteradamente pela legalidade do P.C.B. Centenas de deputados federais e estaduais de todas as legendas reconheceram igualmente o direito à participação legal dos comunistas na vida política. Nesse sentido, são expressivos os pronunciamentos já formulados, em diferentes ocasiões, por homens como Alomar Baleeiro, Bilac Pinto, Afonso Arinos, Campos Vergal, Eusébio Rocha, Orlando Dantas, Nestor Duarte, Carmelo Daghino, Benjamin Farah, Vieira Lins, Gurgel do Amaral, Breno Silveira e tantos outros. Câmaras se Vereadores, associações populares, entidades de classe e até mesmo órgãos da imprensa têm conservadores como o «Correio da Manhã», o «Diário de Notícias» ou o «Estado de São Paulo» já se declararam igualmente favoráveis à legalidade do P.C.B. como medida decorrente da Constituição e indispensável à existência de um regime que se intitule democrático.

Só o Fascismo Nega a Legalidade Dos Partidos Comunistas

No mundo de hoje, não é possível a qualquer político ou entidade que queira figurar como democrata deixar de reconhecer o direito conquistado pelo proletariado de possuir seu próprio Partido político de classe. Isso porque, na situação de agitação e guerra que os regimes declaradamente fascistas nos países nega a legalidade aos Partidos Comunistas. Até

mesmo os mais furiosos governos dos países imperialistas, inclusive o dos Estados Unidos, reconhecem formalmente a existência legal do P.C., tentando assim evitar que sejam apontados pela opinião pública do mundo inteiro como ditaduras fascistas. Atualmente, o P.C. é oficialmente ilegal somente em países como a Espanha de Franco, Portugal de Salazar, sob as ditaduras fas-

cistas instaladas na Turquia e na Jugoslávia, em algumas colônias africanas e asiáticas e em alguns regimes de tirania apoiados pelo imperialismo norte-americano na América do Sul. Em todos os Estados que pretendem aparecer ante o mundo como nações civilizadas, o Partido Comunista tem existência legal.

Como Enfrentar a Negra Ameaça?



O Partido Comunista é o primeiro partido da França. A legalidade do P.C.F. é uma conquista cara ao povo francês, que em grandes demonstrações públicas, como a que vemos acima por ocasião de um Primeiro de Maio, manifesta sua decisão de lutar contra as forças da reação imperialista, sob a direção segura dos comunistas.

Por Ordem de Washington Foi Fechado o P.C. do Brasil

o fascismo participasse legalmente da vida do país. Nessa ocasião não houve, nem poderia haver, quem se abalancasse a negar o direito do P.C.B. à legalidade. Esse direito, estabelecido de fato pelo povo, foi em seguida reconhecido legalmente, tanto na Constituição do país, de cuja elaboração participaram os comunistas, como pela própria justiça eleitoral.

Entretanto, mais tarde, aproveitando-se da fraqueza e da dispersão das forças democráticas, que emergiam do negro período de «Estado Novo», o governo reacionário de Dutra, por exigência dos imperialistas norte-americanos, obteve, uma decisão jogando o Partido à ilegalidade, contra a vontade manifestada na nação, expressa claramente numa campanha memorável, que abalaria o país, contra esse atentado às liberdades, com a legalidade, após 23 anos de luta ilegal, por uma imposição das massas, em 1954. Derrotado o fascismo na Europa e na Ásia, toda a nação reconheceu a absoluta necessidade de que o grande Partido da luta contra

A Nação o Precisa, Mais do Que Nunca, da Presença do PCB

Ninguém pode negar que o P.C.B. tem o direito à existência legal e que nenhuma razão de valia jurídica foi alegada para a

casuação do seu registro. Pelo contrário, juristas do renome do ministro Ribeiro da Costa e do professor Sá Filho demonstraram a saciedade o direito líquido e certo dos comunistas à legalidade. Mas agora não se trata de questão exclusivamente jurídica. Trata-se de algo muito mais sério e importante, trata-se dos supremos interesses do país, contra os quais não pode prevalecer qualquer interpretação reacionária e viciosa das leis vigentes. O fato é que a legalidade do

Partido Comunista é uma exigência do povo que responde aos mais sagrados interesses de nossa pátria.

Como Enfrentar a Negra Ameaça?

O Brasil atravessa um período de gravidade sem precedentes. Sua economia, seu comércio exterior, toda a vida nacional vão sendo controlados cada dia mais pelos EE.UU., que procuram transformar nossa pátria em colônia. O principal produto de exportação do país — o café — encontra-se sob a ameaça do boicote do governo americano. Quase todos os artigos de exportação encontram-se sem mercados, devido às restrições impostas pelos trustes estrangeiros que, através de seus lacaios do governo Vargas, impedem o estabelecimento de amplas e frutíferas relações com a União Soviética, a China e as democracias populares. Preso aos monopólios lanques, o país está à mercê das catastróficas consequências da crise econômica que avança nos Estados Unidos.

A indústria nacional, comércio, largos setores da lavoura e da pecuária são enormemente prejudicados pela política governamental de favorecimento dos trustes lanques e seus amparados. Em São Paulo, industriais já falam em se dedicar à lavoura, tais as dificuldades hoje encontradas para manter em funcionamento as fábricas sem poder contar com a importação de maquinaria e peças e sujeitas ao arbítrio dos monopólios lanques de energia elétrica. Não tem menor entre os círculos homens de negócio, o clamor contra a política do governo, seus impostos exorbitantes e irracionais incapacidade e corrupção de seus desmandos contra a economia nacional, ameaça de colapso.

Guia do Povo na Luta Contra a Miséria

Por outro lado, o que fundamental, nosso país não pode mais suportar terríveis privações e está sujeito num regime de fome, que falta desde o alimento à água, desde a educação ao transporte, onde o povo se torna proibitivo e caro e difícil. Quanto aos trabalhadores, seus salários

diminuem dia a dia, enquanto aumenta a exploração patronal, que procura descarregar nas costas dos operários as dificuldades criadas pela política do governo de Vargas. Para sobreviver, unem-se os trabalhadores na luta pelo salário-mínimo e pelo congelamento dos preços. Luta a que se junta o grosso da população, em busca de alívio para suas atribulações. Crescem, assim, as lutas populares contra a miséria e a fome, pela emancipação nacional do jugo americano, por dias melhores de paz e bem-estar. Essas lutas, porém, exigem a presença do Partido Comunista do Brasil em plena vida legal. Como é possível lutar contra a opressão imperialista sem a participação da força consequentemente anti-imperialista existente no país, do Partido de vanguarda da classe operária? Como defender as liberdades, barrar o caminho à reação fascista, ampliar os direitos do povo, sem que o campeão das liberdades em



Falo na qualidade de membro e dirigente do único partido político verdadeiramente nacional que já existiu e existe em nossa terra. Sabeis, carícos e brasileiros, que sou comunista — disse Luiz Carlos Prestes, sob os aplausos delirantes do povo, no dia 23 de maio, no Estádio do Vasco, quando o Partido Comunista do Brasil conquistava pela primeira vez a legalidade. Hoje, milhões de brasileiros esperam ansiosos para poder outra vez, com muito maior força, consagrar o seu querido líder na praça pública.



Candido Pormari recebendo das mãos de Prestes o carnet de membro do P.C.B., assistido por Graçilino Ramos e outros intelectuais. As mais expressivas figuras das artes, da literatura e da ciência do país deram sua adesão ao Partido Comunista, o defensor da cultura nacional.



Um comício do P.C.B. em Santos, batizada por seu povo de cidade de Prestes. Na legalidade, os comunistas surgiram como força majoritária do grande porto brasileiro.

nosso país esteja abertamente em todas as tribunas, junto ao povo, ajudando-o a organizar-se e a defender-se dos ataques da reação?

Farol Para os Irmãos Camponeses

Quanto aos camponeses, subjugados ao latifúndio, não os operários e camponeses de vanguarda, os comunistas, os únicos em condições de ajudá-los a conquistar a terra, a sair do negro mundo de miséria, exploração cruel e ignorância em que os mantêm os senhores da terra. A presença legal dos comunistas é para os camponeses um farol de esperança, a indicar à maioria da população brasileira que é possível conquistar melhores dias e usufruir, como seres humanos, os benefícios da civilização e da técnica.

As Urnas Para Derrotar os Candidatos da Reação e do Imperialismo

O país se prepara para novas eleições. «O voto — disse em entrevista o Secretário Geral do P.C.B., Luiz Carlos Prestes — não é um direito apenas, mas um dever do cidadão». Mas, as próximas eleições não terão qualquer valor representativo, não passarão de uma pífia burleta fascista, se uma considerável parcela do eleitorado — centenas de milhares de cidadãos — não puder exercer seu dever cívico. A participação dos comunistas nas eleições é indispensável ao fortalecimento das forças democráticas e à derrota dos agentes

mais categorizados da reação e do imperialismo. Todas as forças verdadeiramente de oposição não de infligir fragorosa derrota aos candidatos do governo, se se reunirem em luta comum. Para isso é urgente a legalidade do Partido Comunista. Não é possível impedir a existência legal de um partido que se erige como força decisiva nas principais eleições do país e corrente majoritária nos dois grandes centros nacionais — a Capital, Rio de Janeiro, e São Paulo, o maior núcleo industrial da América Latina. E a verdade, reconhecida inclusive por adversários, é que a força e o prestígio dos comunistas crescem incessantemente. Milhões de brasileiros vêm hoje no Programa do P.C.B. a carta de suas aspirações, o roteiro que indica o justo caminho para a conquista de

uma nova vida de liberdade e abundância. Assim é evidente que a participação dos comunistas nas próximas eleições, gozando de todos os direitos concedidos aos partidos registrados no Tribunal Eleitoral, é uma expressão da opinião pública e de todas as forças interessadas em derrotar a reação fascista e defender o país dos ataques do imperialismo americano.

Campanha de todo o Povo Para Conquistar a Legalidade

A opinião pública do Brasil exige a legalidade do Partido Comunista. Trata-se de um direito cujo cumprimento é reclamado pelos trabalhadores e camponeses, por homens da indústria e do comércio, por ilustres escritores, artistas, cientistas e homens de cultura. Existem, assim, todas as condições para que essa aspiração de nosso povo se torne realidade dentro do mais curto prazo. Cumpre, porém, fazer com que o desejo do povo se manifeste através de um poderoso movimento de opinião, abarcando todos os setores interessados, milhões de patriotas e democratas, já que o governo de fantoches do sr. Getúlio Vargas, obediente a seus amos lanques, tudo fará para impedir que se exerça a vontade popular. Ante um movimento assim, não há força nem sofisma que possa privar o povo da existência legal de seu querido Partido. Não seria uma ridícula e precária decisão de 3x2 nem qualquer interesse escuso espazes de deter um movimento em favor de quem os mais altos interesses da Pátria reclamam impetiosamente: a legalidade do Partido Comunista do Brasil.

Vida dos Partidos Comunistas

CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA BULGÁRIA



A 25 DE FEVEREIRO último, foi inaugurado em Sofia o VI Congresso do Partido Comunista da Bulgária. Convidados de trinta e três países assistem ao Congresso, entre os quais os representantes do Partido Comunista da União Soviética e do Partido Comunista da China.

O Congresso realizou inicialmente uma homenagem a Lênin, Stálin e Dimitrov. Também foram homenageados V. Kolarov (1953-1957). Informante: camarada G. Tchankov; 4) Modificações nos Estatutos do Partido. Informante: T. Jivkov; 5) Eleição dos organismos centrais do P. C. da Bulgária.

O camarada P. Pospolov, secretário do C.C. do P.C.U.S. após a aprovação da ordem do dia, deu a mensagem enviada pelo Comitê Central do P.C.U.S. recebida com grande entusiasmo pelos delegados.

1) Informe do Comitê Central, a cargo do camarada Vilko Tchervenkov; 2) Informe

CAMPANHA CONTRA O DESEMPREGO E EM FAVOR DE AMPARO À VE-LHNICE PROMOVA PELO PARTIDO COMUNISTA DA SUÉCIA

O Comitê Executivo do Partido Comunista da Suécia publicou um apelo aos comunistas e trabalhadores simpatizantes intitulado: «Por uma semana de trabalho normal, pela garantia do trabalho e seguros contra a velhice». O apelo salienta a crescente inquietação entre os trabalhadores por motivo do desemprego. A garantia de

trabalho, a semana de trabalho normal e o direito a uma velhice amparada, indica o apelo, são reivindicações suscetíveis de congregarem todos os trabalhadores. Resultados consideráveis já foram obtidos nesse domínio, graças à ação unida dos operários. Para obter sucessos ainda maiores será necessário redobrar a intensidade dessa ação. «O aumento da tiragem de nossa imprensa diária e semanal e o aumento dos efetivos de nosso Partido, prossegue o apelo, são importantes tarefas que o Partido deverá resolver no decurso dessa campanha. No momento atual, as condições políticas permitem reforçar a influência de nosso Partido».

A 30 DE MARÇO O IV CONGRESSO DO P. S. U. A.

O Comitê Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha decidiu convocar o IV Congresso do Partido para 30 de março próximo, a realizar-se em Berlim com a seguinte ordem do dia:

1) Discurso de abertura do camarada Wilhelm Pieck; 2) Informe do C.C. do P.S.U.A. a cargo do camarada Walter Ulbricht; Informe da Comissão Central de Revisão (Informante: Alfred Oelsner); Informe da Comissão Central de Controle (Informante: Hermann Matern); 3) Modificações nos Estatutos do P.S.U.A. (Informante: camarada Karl Schirdewan); 4) Eleição dos órgãos centrais do Partido; 5) Discurso de encerramento, a cargo do camarada Otto Grotewohl.



VOZ DOS LEITORES

O POVO ACABOU COM O RACIONAMENTO NO BAIRRO DA FEIRA

PASSA QUATRO (Do correspondente) — Os moradores desta cidade, particularmente os do bairro da Feira, obtiveram expressiva vitória em seu movimento de protesto contra a falta de iluminação. O serviço de força e luz aqui é explorado pela Companhia Sampaio Moreira, que, afinal, não fornece nem força nem luz. Esta companhia, apoiada por políticos locais, conseguiu um contrato com a Prefeitura, segundo o qual se comprometia a melhorar o serviço de energia elétrica dentro de um ano. Mas a companhia não estava preparada para cumprir o contrato, pois, assinando-os em 1950, não correspondeu ainda às cláusulas da concessão. Ora, a companhia utiliza um motor da Prefeitura com capacidade de 130 cavalos, o que só vinha servindo para iluminar o centro da cidade, ficando os bairros na mais triste escuridão, o que acontecia com o da Feira, que abriga, seguramente, metade da população de Passa Quatro.



Iluminação do Bairro da Feira.

Essa demonstração dos moradores despertou a ira dos inimigos do povo e não tardou que chegassem reforços policiais. Mas nem por isso o povo se intimidou em seu movimento enérgico contra a política impopular do governo. Ficou mais uma vez provado que o povo unido vence todos os obstáculos e pode conquistar a vitória de suas reivindicações.

O IAPETC de Fortaleza:

Dois Dentistas Para 30.000 Contribuintes

FORTALEZA (Do correspondente) — Já tivemos oportunidade de denunciar através de nosso jornal, a VOZ OPERÁRIA, uma série de irregularidades verificadas no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e Profissionais desta cidade. Os empréstimos e negociações escandalosas praticadas pelos chefes do IAPC, a cuja testa se encontra no Ceará o sr. José Gereissati, elevaram o desfalque dos cofres dessa autarquia, conforme foi amplamente divulgado. A importância de um milhão de cruzeiros. Aí está a explicação para as irregularidades intoleráveis que caracterizam os serviços dessa autarquia.

Verdadeiro desespero assaltou o sr. Gereissati com a publicação dessa denúncia, toda ela baseada em fatos concretos e irrefutáveis. As atitudes desse senhor, posteriormente à publicação dos fatos, serviu, ao contrário de seus desejos, para confirmar toda a escandalosa verdade. O sr. Gereissati convocou uma série de reuniões de todos os funcionários com o objetivo de intimidá-los e, no auge do desespero chegou a proferir alguns pesados palavrões contra quem havia denunciado as falcatruas ocorridas naquela instituição. Disse a certa altura numa das reuniões: «Aqui há um traidor que me denunciou aos jornais». Sabendo que depois ele mandou para o Rio uma papelada a fim de que fossem tiradas impressões digitais «para pegar o traidor» e «mandar processar».

Mas o sr. Gereissati não atingiu os seus objetivos. Não conseguiu lançar os funcionários uns contra os outros e criar assim um ambiente de policialismo e terror.

Onde está o dinheiro do I.A.P.E.T.C.?

O descalabro não é, entretanto, uma situação particular do IAPC. Os contribuintes do IAPETC se perguntam onde está o dinheiro dessa autarquia, tão desorganizada e irregularmente estão os serviços de pagamento de benefícios e de assistência médica e dentária. Desde fins do ano passado os pagamentos são feitos com atraso, particularmente para as turmas que re-

cebem entre 1 e 8 e entre 9 e 20 de cada mês. As outras turmas estão recebendo em dia. A alegação para esses atrasos é a mais absurda: «falta de ordem». Recebe-se uma miséria e, assim mesmo, com grande atraso.

Nem aparelho para esterilização dos ferros existe no ambulatório, por que está avariado. Nem é consentado nem é comprado outro. No ano passado um cliente não pôde extrair um dente por falta do botequim. Há 30 mil contribuintes para serem atendidos, mas só há dois dentistas que trabalham: 6 horas cada um num só gabinete dentário. Há poucos meses um associado estava na iminência de não receber uma aplicação de pneumotorax, por falta de esterilizador, o que só conseguiu depois dos protestos dos associados e do próprio médico. Todas essas deficiências fazem com que muitos contribuintes enfermos deixem de procurar no Instituto os socorros de que necessitam, embora sejam obrigados a pagar os grandes descontos em seus salários todos os meses.

A situação dos institutos de previdência reafirma dia a dia a necessidade de serem essas autarquias controladas pelos próprios contribuintes através de seus sindicatos. As negociações dos institutos, o desprezo total aos interesses dos trabalhadores são uma consequência da política anti-operária e anti-nacional de Getúlio.

ILEGALMENTE PRESO

POÇOS DE CALDAS (Do correspondente) — A polícia local cometeu dia

DELEGAÇÃO DE RIO CLARO AO IV CONGRESSO NACIONAL DOS FERROVIÁRIOS

RIO CLARO (Do correspondente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro) — Na Delegação Regional do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Paulista, realizou-se a 21 de fevereiro último importante assembleia para eleição de delegados que participarão do Quarto Congresso Nacional dos Ferroviários a realizar-se dia 14 de março. Vários oradores fizeram uso da palavra ressaltando a grande importância do Congresso e defendendo teses do maior interesse. O ferroviário Antonio Almeida Rosa se pronunciou pela contagem em dobro do tempo de serviço insalubre, abono familiar, jornada de 8 horas a todos, etc. Antonio Araujo Filho falou sobre a importância do Congresso para a luta em defesa de todas as reivindicações. Herzillo C. Pereira Junior fez sentir que, graças à atuação dos líderes verdadeiros com apoio dos ferroviários, foi conquistado o aumento de 400 cruzeiros. Referindo-se à CAP, ressaltou a importância da eleição pelos próprios ferroviários dos dirigentes dessa organização. Finalmente, expôs 12 pontos que, no momento, sintetizam as reivindicações dos ferroviários da C.A.P. que são os seguintes:

- 1º) Salário mínimo de 2.400 cruzeiros para os ferroviários, sem discriminação de Estado ou Zona.
- 2º) Aumento geral de salários para todos os ferroviários.
- 3º) Adicionais e salário familiar extensivo a todos os ferroviários.
- 4º) Congelamento de preços a partir de junho de 1953.
- 5º) Direito de sindicalização para os extra-numerários

Contratos de trabalho no campo

Solicitamos dos nossos leitores do interior, o obsequio de nos enviarem cópias de contratos de trabalho dos camponeses — colonos, arrendatários, meeiros, etc. — para efeito de próximas reportagens sobre a vida do campo, além de outros elementos (dados, informações, denúncias, notícias sobre lutas) que ajudem a revelar com toda a clareza o que são os terríveis métodos de exploração a que são submetidos os camponeses.

A Redação.

18 de fevereiro último, inominável violência, invadiu a alfaiataria do sr. José Damas, à Rua Rio de Janeiro 53. Depois de vasculhar todo o estabelecimento, os policiais levaram todos os exemplares da VOZ OPERÁRIA e do JORNAL DO POVO de Belo Horizonte, bem como exemplares do Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil.

Gracias à solidariedade dos patriotas de Poços de Caldas e por ação de habeas corpus, o sr. José Damas foi libertado, cessando assim a coação ilegal de que foi vítima por parte das autoridades, que primam em desrespeitar os direitos do cidadão assegurados pela Constituição do país.



GRAVEMENTE FERIDOS OS OPERÁRIOS ESPERARAM SEIS HORAS POR SOCORRO

CRUZEIRO — (Do correspondente da empresa FNVSA) — É terrível a situação dos operários da Fábrica Nacional de Vagões S.A. (F.N.V.S.A.), nesta cidade. Dia 16 de fevereiro às 4 horas da madrugada, os operários Paulo Capucho e Umberto Olandino foram vítimas de trágico acidente quando descarregavam um «troley» carregado de chapas. As chapas desequilibraram empinando o «troley» que, impulsionado pelo peso, foi atirado contra os dois operários. Sem tempo para fugir os operários foram atingidos pelo carro, sofrendo graves ferimentos.

Imediatamente os companheiros transportaram Paulo e Umberto para o ambulatório da empresa e com urgência todas as providências foram tomadas para fazer chegar ao conhecimento da gerência da empresa a grave ocorrência. Mas, como sabemos, o operário só tem valor para o patrão como uma fonte de lucros de milhões de cruzeiros que cada um dá todos os anos para a fábrica. O operário está ali para sofrer toda sorte de perseguições na fábrica, para sofrer descontos absurdos no salário, para submeter-se a um horário instável, imposto a pretexto de racionamento desta maldita Light, o horário, como sabemos, é instável porque a Light sabota a construção de uma grande usina na queda de Salto, entre o Estado de São Paulo e o Estado de Rio.

E por causa desse desprezo para com a classe operária e os interesses de nosso país, os operários ficaram longas horas feridos, sofrendo dores terríveis. O médico só chegou às 10 horas da manhã, isto é 6 horas depois para tratar dos acidentados, fato esse que provocou a justa indignação dos trabalhadores de toda a fábrica.

Todas essas barbaridades são impostas aos trabalhadores com apoio do governo de Getúlio que oprime a classe operária para entregar nossa pátria aos imperialistas norte-americanos, os quais trans-

formam o Brasil rapidamente em simples colônia. O desprezo para com a saúde e a segurança dos trabalhadores é uma consequência do próprio caráter de traição nacional desse governo.

Mas, muitos operários já tomaram conhecimento do projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil e estão de acordo que, para acabar com tudo isto, com essas injustiças, precisamos nos unir para a derrubada desse governo de traidores e para conquistarmos um Governo Democrático de Libertação Nacional.



Posta Restante

DISTRITO FEDERAL — Comunica o casal José Alves de Almeida-Raimunda Ferreira Lima o transcurso, dia 10 de fevereiro último, do quinto aniversário de sua filha Olga Benário, cujo nome foi adotado em homenagem à memória da heroica esposa de Prestes, assassinada num campo de concentração nazista com a cumplicidade do tirano Getúlio Vargas.

Recebemos

RIO CLARO — Reportagem sobre a assembleia dos ferroviários da C.P. que vai publicada em outra página desta edição.

ARAGUARI — Panfletos sobre as reivindicações dos ferroviários e de propaganda do projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil.

RIO GRANDE — Correspondência de Mendonça. **ITABUNA** — Reportagem de F. Viana sobre assalariados agrícolas.

COMPANHIA A.R.J. — Fazenda São João — Pedimos ao autor dessa carta, que nos informe sobre onde se localiza esta fazenda — vila ou cidade, município, Estado, e data dos acontecimentos.

AOS LEITORES

SOLICITAMOS aos colaboradores da seção VOZ DOS LEITORES que façam constar em suas cartas as seguintes informações mínimas: onde se deram os acontecimentos (em que fazenda ou fábrica, em que vila ou cidade, em que município ou Estado); e a data em que se deram os acontecimentos. Quando possível, será útil saber-mos o endereço dos que nos escrevem para o caso de necessitarmos pedir novas informações a fim de enriquecer o material enviado e voltar ao assunto.

VOZ OPERÁRIA

Diretor Responsável

JOAO BATISTA DE LIMA F. SILVA

MATRIZ

Av. Rio Branco, 257, 17.º and. sala 1712 SUCURSAIS

São Paulo — Rua dos Estudantes, 84, s/ 29 — 2.º andar.

P. Alegre — Rua Voluntários da Pátria, 527, sala 48.

Recife — Rua da Palma, 295, s/ 205, Ed. Saet Salvador — Rua João de Deus, 1, s/1.

Fortaleza — Rua B. do Rio Branco, 1248, s/22

Endereço telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZPERIA ASSINATURAS

Anual Cr\$ 60,00
Semestral 30,00
Trimestral 15,00
N. avulso 1,00
N. atrasado 1,50

Este semanário é reimpresso em S. PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE, FORTALEZA E BELEM.



Aposentadoria - Triste Anoiitecer Dos Ferroviários da «Leopoldina»

Primeiro, foram os ingleses. Depois, o governo-patrão, na obra desumana de arruinar a vida dos trabalhadores e suas famílias — Os aposentados e os da «ativa», contam a verdadeira história do regime atual — Acende-se a chama de uma nova esperança

A POUCOS quilômetros de Quitandinha e a dois passos da cidade, expondo a quem quiser ver a miséria e o sofrimento dos trabalhadores, ergue-se o bairro pobre do Alto da Serra, onde homens do trabalho construíram com suas próprias mãos o teto para suas famílias. No Alto da Serra moram os ferroviários e os que já foram ferroviários os que consumiram a existência na Estrada.

Contar a história de um ferroviário da Leopoldina, da Central, da Sorocabana, Noroeste, dos ferroviários do nordeste ou do sul do país, não faz muita diferença. E' contar a história de todos, seja das ferrovias particulares, seja das empresas do governo-patrão. Quem contará melhor essa história toda será o Quarto Congresso Nacional dos Ferroviários que no próximo dia 14 se reunirá em Campinas, Estado de São Paulo. Em todo o país, os sindicatos e associações dos ferroviários já se movimentam, não só para mostrar que a história deles é uma só, mas para estabelecer que a luta deles é uma só. Para forjar a união dos trabalhadores das ferrovias, congruente com a grande combativa família, para a luta. Lá, a história do aposentado Francisco da Silva, e de Sebastião Ramos da Silva, ambos da Leopoldina, não será apenas uma história. Será um grito de centenas de milhares de ferroviários denunciando os causadores da sua dor e do seu sofrimento.

Os Ingêleses e o Governo-patrão

Quem é Francisco da Silva? Pouco lhe resta daquele aprendiz de caldeireiro, que seguindo o caminho do pai, o já velho ferroviário Francisco Fernandes da Silva, ingressava, em 1906, na velha «Leopoldina Railway». O pai, aposentou-se com mais de 40 anos de serviço, às vésperas da morte. Hoje, quem não está muito longe dela é o aposentado chefe da seção de caldeireiros Francisco da Silva, aposentado em 1949, depois de 45 anos de serviço, 45 anos quase todos sem férias, sem indenizações, sem abono familiar, sem descanso remunerado, sem direitos e com milhares de horas trabalhadas de graça para os ingleses, sem falar das horas extras.

Cai o Império, entra a República, entra o governo sai governo, renovam-se poderosos fazendeiros e capitalistas e seus generais no poder, passa a velha Leopoldina para as mãos oficiais, muda o patrão e tudo continua marchando como antes, de mal a pior para os ferroviários. A lei 593 manda aposentar os ferroviários aos 35 anos de serviço, com vencimentos integrais. Mas Francisco da Silva, que trabalhando ganhava 2.100, foi aposentado com dois terços, o que se reduziu a 1.753 cruzeiros com o desconto para a CAP, 7% sobre o salário integral. Em fins do ano passado, os ferroviários se apoiaram no sindicato e sob pena de greve total receberam o Abono de Emergência e o abono familiar. Mas o governo-patrão golpeou milhares de aposentados, como quem despreza um traste velho enferrujado, homens inutilizados, porque, sem força de trabalho, já não produzem lucros. Getúlio os trata como bagaços de moenda. Para eles, nem Abono, nem salário-família e esbulho na mísera pensão.

As Medalhas do Aposentado

Francisco da Silva arrasta sua existência junto com a esposa e três filhos. Lila, a mais velha, que caiu enferma com nefrite aguda, se formara em contabilidade com imensos sacrifícios e ajudava a família lecionando em casa. Mas há meses sobre o leito, nem assistência da CAP recebe, pois já atingiu a maioridade. Só num dia, dois médicos particulares levaram dali 500 cruzeiros. Depois, as radiografias, um mundo de exames e medicamentos caros... um vidro de hidrocilina custando 250 cruzeiros! O velho ferroviário não mede recursos. Para socorrer a filha, teve que consumir com a pequena casinha que herdou do pai em Porto Novo. Os outros dois, Hudson e Edson, mal ganham para vestir-se. O primeiro, ganha 1.000 cruzeiros no Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais, tendo que vestir-se dignamente. O segundo, aprendiz do SENAI, trabalha dia sim dia não como serralheiro, com 600 por mês. O velho aposentado anda a procura

de serviços avulsos para ir levando o barco, e a velha mãe operária vive em sobressalto porque a dona da casa já ameaça expulsá-los dali onde o aluguel ainda é 500 cruzeiros, para as casas que hoje custam 1.000 e mais por mês, ou então, para um morro qualquer.



José Gomes, o da esquerda ingressou na Estrada aos 28 anos de idade, fez 37 anos de serviço e há cinco anos aposentou-se com a miséria de 1.735 cruzeiros que valem cada vez menos. A esposa está muda e doente pois sofreu uma congestão cerebral e o filho, enfêrmo também não pode trabalhar. O da direita é o aposentado Francisco da Silva. Sua história, contada em resumo nesta reportagem, é a história de todos os aposentados

— Mas tenho as medalhas — disse Francisco num sorriso amargo. Que medalhas? Aquela, apenas era a maneira pela qual ele se referia irônicamente à vista esquerda inutilizada em serviço, no começo da vida, em 1906, num acidente em serviço pelo qual jamais foi indenizado...

Empregou-se num botequim

Ao meio da conversa surgiu na sala outro velhinho que acompanhava as perguntas e as respondia também, porque valiam para ele. Era Severino de Souza Oliveira, ontem um menino guarda-freios, hoje um velho aposentado condutor de trem, classe especial, ganhando a miséria de 1.350 cruzeiros; ganhava em serviço 1.980 mas, após 40 anos de serviço, foi vítima dos 2/3 e além disso desconta para a CAP. A mulher é diabética e está muito enferma e o filho, sofrendo de epilepsia e tendo uma hérnia, não encontra emprego. Porque é maior, a Caixa não o opera. E por desgraça, um desalmado alcaguete, o maquinista da Estrada, Francisco Rocha, deu-lhe um ponta-pé na hérnia, a trôco de nada no carnaval, piorando o estado do rapaz.

Severino exibiu telegramas, notas, documentos, sobre a sua luta pelo vencimento integral. Mas o governo antioperário, desumano, não lhe deu ouvidos. Hoje ele tem os pés e as mãos deformados. São medalhas da Leopoldina a quem serviu sem nunca ter merecido uma suspensão, muitas vezes ardendo de febre porque trabalhou 7 anos na zona da malária.

— Entrei sem barba... sai de barba uranca... e aí está o resultado, o prêmio da aposentadoria, como disse a administração da Estrada, 40 anos!

Hoje, alquebrado e com uma inflamação na bexiga, Severino se sujeita a trabalhar num botequim, servindo cachaça das 15 às 23 horas, sem descanso nem nos domingos, em troca de 600 cruzeiros para não sair mendigando.

Os que ainda não receberam o «Prêmio»

Na Leopoldina a diferença que existe entre os aposentados e os da «ativa», é que estes ainda não esgotaram a sua força de trabalho e dão lucros à companhia com as suas 8 a 10 horas de serviço... pela comida suficiente para não morrerem de fome. A maioria recebe os 1.200 mais o abono de emergência de 800 cruzeiros, abono que é de 1.000 para os que ganham acima de 1.900 até o máximo de 2.400.

Aquêlê Sebastião Ramos da Silva de que

A própria vestimenta de serviço dos ferroviários da Leopoldina de uma ideia da pobreza em que vivem, a maioria ganhando o salário mínimo mais o abono de emergência, isto é, Cr\$ 2 mil cruzeiros de operários das oficinas do Alto da Serra passando para a reportagem. A direita, a família de Sebastião Ramos da Silva, defronte à casinha que ele mesmo fez no morro.



Este ferroviário jovem mal ganha na vida. Outros como ele esgotam suas energias no trabalho, como o fizeram milhares de trabalhadores da Leopoldina hoje atirados na amargura aposentadoria

ele, a mulher e 5 filhos menores, de 17 a 1 ano de idade, a mais velha ajudando a mãe a cuidar dos outros. Como os demais do Morro, Sebastião fez a moradia com suas próprias mãos, nas horas de folga. Paga à Estrada 20 cruzeiros mensais pela área ocupada. Mas nem assim pode um ferroviário viver em paz.

Toda a ferocidade do atual regime antioperário poderia se resumir na ordem baixada pela Administração, há anos, segundo a qual os ferroviários que fixaram aquelas casinhas com suas próprias mãos, não podem transferi-las em caso de mudança de cidade. E ainda pior, as viúvas e os aposentados são expulsos de suas casas, impiedosamente, sem indenização alguma. Entre outros anotamos os seguintes casos: A viúva de Orozimbo, da Via Permanente, foi atirada à rua, perdendo a casinha. Nicácio Pereira, depois de 35 anos de trabalho, ficou paraplético, encontrando assim a sua trágica aposentadoria. Era manobreiro, trabalhava sob o sol e a chuva e foi atirado pela paralisia em serviço. Depois de muita luta, em desespero, sua mulher teve que arrastar as quatro crianças e o marido entredado para fora da casa que ele mesmo construiu. Hoje, já há quatro anos, amargam todos eles o prêmio da aposentadoria, na Raiz da Serra, em Vila Imerian.

Carestia Sem Limites

Casa em Petrópolis é casa para rico e turista — dizia Sebastião. Os ferroviários que em sua casa participavam da reportagem, iam também desfiando seus casos. Sebastião e as crianças não saíam de que «teto» por dentro os cinemas locais. A vida dos meninos e meninas é subir o morro com latas d'água na cabeça. D. Leticia, sua esposa, já tentara ajudá-lo. Trabalhando com dois teares, 10 horas diariamente na Fábrica Cometa, seu salário não chegava a mais de 450 cruzeiros mensais. Valeria a pena deixar as crianças abandonadas por causa dessa miséria? Não. Sebastião redobrou seus esforços. Não houve organização para a luta, pois o sindicato com a diretoria anterior era um instrumento do governo, consentiu em aumentar as horas de serviço para 10; atirou-se a trabalhar em biscates de carpintaria onde quer que aparecessem.

A cooperativa da Estrada oferece algumas vantagens em certos gêneros, mas não atende a todas as necessidades mínimas; nunca dispõe de estoques para servir a todos. Os ferroviários caem logo nas garras da vida cara, porque, como dizem os preços no Alto da Serra «não têm governança». A banha subiu 5 cruzeiros a lata de um mês para o outro. Carne a 22, o arroz de luxo, um pé de alface é vendido a 7 cruzeiros. Um quilo de repolho a 8 e 10. Paga-se 3,60 por meio quilo de pão, 3,60 por litro de leite, 5,50 o quilo de açúcar. O arroz amarelo é vendido a 20 o quilo e o agulha a 18; o inferior a 12. Um quilo de sabão custa 22 e o café na praça, de 45 a 50. O da cooperativa é de 36, mas é intragável. E até os ônibus que custavam 0,50 a passagem, custam agora 1 cruzeiro; furtos esse iniciado a pretexto do carnaval e prolongado com apoio das autoridades municipais.

CHEGOU A VEZ DO FERROVIÁRIO FALAR

Muito mais eles nos disseram de suas vidas naquelas barracas. Ficou perto do palácio onde o fazendeiro Getúlio Vargas, os espíões americanos e os exploradores passam deliriosos fins de semana. Como traduzir toda a indignação deles? Há desespero em suas palavras? Sim, por vezes há. Mas o que predomina não é isso. Alguma coisa nova desperta em suas consciências. Há uma vontade de luta naquelles ferroviários e eles se sentem mais seguros depois que conquistaram algumas vitórias parciais, o Abono de Emergência, o abono familiar; depois da vitória da luta pela liberdade e pelo direito de greve, que foi a volta do líder Sarmet e seus companheiros demitidos ilegalmente em 1933, e do direito de eleger sua nova diretoria. Mesmo os velhinhos aposentados, fatam como velhos proletários e as suas palavras, antes de serem um lamento, são uma denúncia contra o regime desumano que o governo lhes impõe.

Os ferroviários da Leopoldina participarão do Quarto Congresso Nacional de Campinas, dia 14 próximo, com seus irmãos de todas as Estradas de Ferro do Brasil. Ao enviarem seus delegados sindicais a esse Congresso, estas verdades não de aparecer com vigor. Em Campinas a voz dos ferroviários da Leopoldina, juntando-se à voz de todos os ferroviários do Brasil, se transformará numa força incalculável.

Os Bancos Chineses A Serviço do Povo

HA APENAS 5 anos atrás, a China afogava-se na inflação. O dinheiro não tinha valor e o custo da vida se elevava ininterruptamente atingindo as nuvens. Os preços das mercadorias subiam de um dia para outro. Era assim, no tempo do governo de traição nacional de Chiang Kai-Shek e sua camarilha, quando o povo chinês sofria a fome a mais negra e tinha uma vida miserável.

Entretanto, veio a libertação, o grande país passou por sérias transformações. E em 1º de março de 1950, quando o Governo Popular tinha apenas alguns meses, o sistema bancário começou a ser reorganizado. Todo o capital existente nos bancos do país controlados pelas quatro famílias, Chiang, Sung, Kung e Chen, foi confiscado e recolhido ao Banco do Povo, recém-instituído. A especulação no dinheiro e nas mercadorias foi liquidada. Uma nova moeda foi instituída. A circulação foi estabilizada e terminou a política do governo de emitir papel-moeda a torto e a direito, sem qualquer garantia. Os preços cessaram de subir e, tempos depois, começaram a baixar.

Um sistema bancário amplo, sólido e centralizado

Hoje, a China já possui um amplo, sólido e centralizado sistema bancário que atende aos interesses do povo e ao progresso do país. Nesse importante sistema, o Banco do Povo, instituição de propriedade do Estado, exerce o papel principal. Este banco é o tesouro nacional. Todos os fundos das empresas industriais do Estado, bem como os dos governos nacional, provinciais e locais, do Partido Popular de Libertação até as rendas das cooperativas, são nele depositados.

Este banco centraliza os recursos financeiros do governo e da maioria dos setores da economia da China. Utiliza o capital à sua disposição para as operações econômicas e para os empreendimentos governamentais.

O Banco do Povo paga salários e outros desembolsos, ou fornece dinheiro para empreendimentos e construções. Ajusta as contas e negócios entre os diferentes ramos das empresas do Estado e cooperativas, evitando transações desnecessárias. O Banco do Povo, assim, funciona como caixa do orçamento nacional e de uma grande parte das operações financeiras da nação.

O novo sistema serve aos interesses de toda a população

Atuando em conjunto com o Banco do Povo e, sob sua supervisão, encontram-se duas outras mais antigas e sólidas instituições bancárias: o Banco de Comunicações cuja função é financiar e controlar todos os projetos básicos de construção; o outro, o Banco da China é uma organização especializada no campo das trocas e do comércio internacional.

Acresce que o Banco do Povo assiste às operações feitas com capitais pertencentes a particulares, estabelecendo os laços entre os bancos particulares e os do Estado, os quais contribuem com uma parcela considerável no desenvolvimento das empresas particulares tendo em vista a prosperidade nacional.

É evidente que este sistema bancário difere radicalmente do existente antes da revolução, quando os bancos na China estavam nas garras dos grandes capitalistas, servindo aos interesses de umas poucas famílias que governavam a China ligados aos interesses imperialistas. Havia também bancos particulares modernos, os chamados «banco nativos». Mas essas instituições não eram realmente de amplo caráter nacional. Elas tornaram-se centros de especulação ao invés de organizações para estimular investimentos e a expansão dos recursos produtivos.

O novo sistema capitaneado pelo Banco do Povo difere completamente dos sistemas bancários dos países capitalistas. Dirige as operações financeiras da economia como um todo, e serve aos interesses de toda a população e não os de um punhado de monopolistas.

Os Camponeses Depositam Confiança no Banco do Povo

Além dessas funções no financiamento das empresas e cooperativas o Banco do Povo desempenha um importante trabalho no campo onde vive a maior parte do povo. Até às mais longínquas vilas ele estabelece agências para levar a ajuda aos camponeses para resolverem suas dificuldades e desenvolverem a produção. O Banco aceita depósitos feitos pelos camponeses hoje em muito melhores condições que no passado. É imensa a confiança que depositam no Banco do Povo como um ótimo lugar para os seus rendimentos. O Banco concede empréstimos aos trabalhadores do campo para que possam adquirir melhores sementes, fertilizantes, arados, tratores e outros implementos agrícolas, rodas de água, gado e inseticidas.

O Banco também estimula os camponeses a formar suas próprias cooperativas ou crédito que também realizam transações econômicas. Por tais operações bancárias realizadas diretamente pelo Banco do Povo ou através das cooperativas de crédito, a praga das pesadas taxas de exportação em Chekangshan, na província de Kwangtung,

receita à criação de porcos para a exportação. Como não dispunham de capital em mão, o latifundiário se aproveitava dessa circunstância e emprestava dinheiro sob duras condições. Quando a criação era vendida, os camponeses se viam obrigados a entregar metade do resultado ao explorador. Hoje em dia a coisa é diferente. Nessa mesma área, o Banco do Povo realiza empréstimos sob taxas baixíssimas, ajudando a criação de porcos para exportação. Desta maneira tem aumentado grandemente as rendas dos camponeses.

AJUDA AS EMPRESAS PARTICULARES

O Banco do Povo realiza um importante trabalho no desenvolvimento da indústria e do comércio particulares na China. Com respeito a isto, o Banco do Povo executa a política do governo da República Popular da China que encoraja o desenvolvimento das empresas particulares benéficas à prosperidade nacional e ao bem-estar do povo.

Assim, o Banco do Povo faz, com frequência, empréstimos às empresas comerciais e industriais particulares, ajudando-as a vencer as dificuldades momentâneas, quando necessitam de capital. Tal assistência tem impulsionado muitas indústrias para o desenvolvimento da produção, e de seus negócios.

Quanto ao comércio internacional, o Banco do Povo e o Banco da China buscam desenvolver relações comerciais com os governos e povos



Papel-moeda posto em circulação nas áreas libertadas da China, precedendo o atual sistema monetário da República Popular da China

estrangeiros numa base de igualdade e benefício mútuo. Grandes empréstimos são feitos às companhias importadoras e exportadoras, tanto às do Estado como particulares para esses objetivos. O déficit na balança comercial da China com os países estrangeiros que vinha rescendendo desde há 73 anos, foi liquidado em 1950. Atualmente, o crédito da China no mercado internacional é excelente e a procura de suas mercadorias é enorme.

O Banco da China atende aos interesses dos chineses que vivem no estrangeiro. Suas remessas são recebidas pelo banco que, por sua vez, as entrega às famílias destinatárias. De acordo com uma diretiva do governo, o Banco da China paga um juro razoável, pelos depósitos que os chineses residentes no exterior não puderam retirar no tempo do Kuomintang. Outra função do Banco da China é atender aos turistas estrangeiros.

Nestes últimos anos o Banco do Povo tudo tem feito para consolidar e desenvolver a economia chinesa. Trata-se de uma instituição administrativa de primeira grandeza e uma das maiores forças para o desenvolvimento do comércio e da indústria. Essas características fazem do Banco do Povo, sem dúvida mais importante, no plano de construção em grande escala em que a China ora está empenhada.

CALENDÁRIO MÊS DE MARÇO Internacional

- 1883 — 14 — Morte de Karl Marx, em Londres.
- 1917 — 15 — Abdicação do Tzar Nicolau II.
- 1776 — 17 — Revolução em Boston, nos Estados Unidos, contra a dominação inglesa.
- 1871 — 18 — Proclamação da Comuna de Paris, o primeiro governo proletário no mundo.
- 1848 — Revolução em Berlim contra o feudalismo.
- 1919 — Revolta no Egito por um governo autônomo.
- 1921 — Assinatura do tratado de paz entre a Rússia Soviética e a Polónia.
- 1906 — 19 — Fuzilamento do tenente Schmidt, chefe dos revolucionários da frota russa de Odessa.
- 1920 — 20 — Fim da greve geral na Alemanha, após o fracasso do golpe de força reacionário de Kapp.
- 1927 — Golpe reacionário de Chiang Kai Shek contra a república de Cantão.
- 1919 — 21 — Proclamação dos Soviéticos na Hungria.
- 1871 — 26 — Eleições para a Comuna de Paris, sendo Blanqui um dos eleitos.
- 1868 — 28 — Nascimento de Máximo Gorki, russo, fundador da literatura soviética.
- 1826 — 29 — Nascimento de Wilhelm Liebknecht, fundador do Partido Social Democrata Alemão.
- 1808 — Revolução na Suécia.
- 1920 — Instalação do IX Congresso do P.C. (b) da URSS.
- 1923 — 31 — Os oficiais ordenam que se atire sobre os operários alemães em Essen; 11 mortos e 32 feridos.

Nacional

- 1847 — 14 — Nascimento de Castro Alves, o poeta dos escravos.
- 1834 — 25 — Libertação dos escravos na província do Ceará.
- 1922 — 25 — FUNDAÇÃO DO PCB — Reune-se no Rio de Janeiro em Niterói nos dias 25, 26 e 27, o Congresso de Fundação do PCB.
- 1946 — 26 — Discurso de Prestes, na Assembléia Constituinte, definindo a posição dos comunistas contra a guerra imperialista.



AÇÃO COMUM EM DEFESA DA CULTURA

O que aconteceu em Goiânia constitui realmente algo novo na vida do país. Pela primeira vez, homens de cultura provenientes de todas as regiões do Brasil, preconcebidas, para discutir a sério os problemas da cultura nacional. O I Congresso Nacional de Intelectuais não foi promovido por nenhuma entidade em particular, por nenhum grupo de escritores, artistas, técnicos, profissionais liberais, educadores, editores preocupados com os rumos que vêm tomando em nossa pátria a atividade cultural. E o concluiu o esplêndido resultado de congregar a todos, acima de igrejinhas literárias, de divergências religiosas ou ideológicas, chegando a uma conclusão comum sobre a necessidade de valorizar a cultura genuinamente nacional e desenvolvê-la, preservando-a das influências cosmopolitas que se exercem atualmente no panorama cultural brasileiro, visando a deformar e descaracterizar nosso patrimônio artístico e cultural e contrariando, assim, para reduzir e anular nossas características de nação independente e soberana.

Da amplitude do Congresso dizem bem as diferentes personalidades que lhe deram apoio: homens como Peregrino Junior, e Viriato Corrêa, Fernando de Azevedo e Gilberto Freire, o maestro José Siqueira e o cineasta Lima Barreto, o escritor Jorge Amado e o poeta Sérgio Milliet. Representando quase meio milhão de intelectuais, os delegados reunidos em Goiânia trabalharam em ambiente de liberdade e confiança mútua, como nos mostram os flagrantes acima, em que vemos: 1) a recepção oferecida pelo governador de Goiás aos congressistas, no Palácio do Governo (no alto, à esquerda); 2) O famoso poeta chileno Pablo Neruda em palestra com Frei Nazareno que, como outros ilustres sacerdotes, participou ativamente da reunião (alto, à direita); 3) O escritor Baltazar Castro, presidente da Câmara dos Deputados do Chile, juntamente com João Acíoli (em baixo, à esquerda); 4) Oradores Lessa Troca impressões com o pintor Paulo Warneck (em baixo, à direita).



O Programa do Partido de Prestes É o Programa da Juventude

A MOCIDADE representa mais de metade da população brasileira 53% dos brasileiros têm menos de 20 anos. Os sofrimentos impostos ao povo são pesada carga sobre a juventude.

Cerca de uma quarta parte do proletariado das cidades é composta de jovens operários. Entre os milhões de trabalhadores do campo, a terça parte é formada por jovens.

As aspirações da mocidade pela felicidade, a cultura e a instrução, pela saúde e o esporte, pelo florescimento das suas energias físicas e espirituais são barradas friamente por um regime que tudo faz para roubar aos jovens a alegria de viver.

— Que futuro pode este regime que aí está oferecer aos moços?

II

OS JOVENS operários são mais explorados por serem jovens. Ganham menos por trabalho igual ao dos adultos. Mal alimentados, não podem dedicar-se aos esportes. Mal pagos e trabalhando em excesso, são privados de seu próprio futuro — não têm direito a escolas e muito menos à formação profissional.

Em plena capital da República, somente 2.182 jovens frequentaram cursos profissionais. O próprio organismo patronal, SENAI, confessa que num conjunto de 200.000 jovens operários menos de 5.000 passaram por cursos de aprendizagem industrial em 1952. Os menores de 18 anos ganham a metade do salário-mínimo — Cr\$ 600,00.



III

MILHÕES de jovens brasileiros são oprimidos, esgotados e envelhecidos prematuramente sob o jugo da servidão nas fazendas e plantações. O trabalho esgotador nos latifúndios consome suas energias e grande parte nem recebe em dinheiro.

No campo, os jovens são privados de qualquer instrução, não gozam do elementar direito de ir e vir, e a posse da terra não está ao seu alcance. As enfermidades ceifam suas vidas quando não é o capanga do coronel que os abate impunemente. As alegrias do esporte, da vida associativa e das artes lhes são negadas.



IV

Os Jovens estudantes encontram pela sua frente os maiores obstáculos. Novas escolas não são construídas e por isso a cada ano diminui o número de vagas. Nas poucas escolas existentes as instalações são insuficientes, faltam laboratórios, bibliotecas, instrumentos de pesquisas, etc.

Aumentam em proporções espantosas os preços dos livros e outros materiais de estudo. Nos últimos meses, depois de aprovado o «esquema Aranha», os livros estrangeiros subiram de preço em mais de 50%. As taxas e mensalidades são cada ano mais caras, tornando o ensino no Brasil praticamente privilégio de uma minoria.



V

EM consequência da política guerreira de Vargas, enquanto cerca de 50% do orçamento da União se destinam a despesas de caráter militar, apenas 5% cabem ao Ministério da Educação.

Entretanto, como declarou o deputado federal Leite Neto com apenas um corte suave de 10% sobre as despesas com a segurança nacional, poderíamos construir 15.000 escolas rurais que, disseminadas pelo interior do Brasil, poderiam ministrar ensino rural a um milhão de crianças.

VI

Os carrascos do povo não vacilam em massacrar a juventude.

Getúlio e seu governo, ontem como hoje, tingem suas mãos no sangue dos moços. Foram seus sicários que abateram Demócrito de Souza Filho e Silva Teles. Os crimes do Estado Novo prosseguiram: tombaram Zélia Magalhães e Angelina Gonçalves. Os assassinatos continuam: foram cortadas as vidas jovens do operário Altair da Silva Rosa,



dos jornalistas Antônio Barbosa Haroldo Gurgel, do taifeiro Clarindo.

Dezenas de jovens são torturadas nos cárceres da reação. Getúlio é o carrasco da juventude.

VII

MAS não existe razão alguma para continuarmos suportando esta situação. Não há motivo para que os jovens permaneçam vítimas deste regime pódre e deste governo de traidores. A vida da juventude pode ser luminosa e feliz, bela e grandiosa. O Programa do Partido Comunista do Brasil é sensível particularmente aos corações ardentes e inquietos dos jovens.

Transformar esse Programa em realidade é o grande anseio da juventude. Para isso é preciso derrotar o governo de Vargas e substituí-lo pelo Governo Democrático de Libertação Nacional.

Só assim faremos com que haja fartura, instrução, livros baratos, escolas, como nos mostra o Programa.

Só assim faremos com que haja estádios, educação física, uma rica e intensa vida desportiva.

Só assim faremos com que os horários de trabalho dos jovens sejam reduzidos, com que o trabalho igual seja pago com salário igual.

Só assim faremos com que sejam respeitados as liberdades e os direitos democráticos da juventude.

Está ao alcance da nossa mão construir um futuro radioso, transformar em realidade nossos melhores sonhos.

O Programa do Partido de Prestes é o Programa da juventude. Lutar pela vitória do Programa, lutar pela conquista do Governo Democrático de Libertação Nacional é o caminho glorioso da nossa juventude.

PATRIOTAS DE TODAS AS CORRENTES E FILIAÇÕES TRACARÃO

O Programa de Ação Comum Pela Emancipação Nacional

Reunir-se-á a 2 de abril o conclave histórico

EM todos os setores de atividade, nas cidades e nos campos, os brasileiros enfrentam a ameaça da ruína e do desastre. As massas populares já não podem mais suportar o fardo esmagador da carestia da vida, a indústria é asfixiada pelo racionamento e pela falta de mercado consumidor. Os gêneros alimentícios sobem a preços astronômicos, mas os lavradores que os produzem recebem preços irrisórios. Há falta de produtos nas cidades, mas as safras mais fartas apodrecem ao longo das vias férreas. Os produtos tradicionais de exportação caem de preço no exterior. As riquezas naturais do país são pilhadas. O governo assina tratados lesivos aos interesses nacionais, como o «Acôrdio Militar» com os Estados Unidos. As liberdades democráticas são espinhadas e violadas, com crescente desfaçatez e brutalidade.

Os brasileiros verificam que a solução de todos os problemas se coloca no terreno de emancipação nacional. Nosso povo é pobre porque é pilhado e espoliado. Sem conquistar a emancipação nacional não será possível quebrar os grilhões que entram o nosso progresso. Esta situação feita indistintamente a todos, quaisquer que sejam seus pontos de vista na política e atinge todas as classes e camadas da população que não estão a serviço dos trustes. Todas as forças interessadas na emancipação nacional, por isso mesmo, tendem cada vez mais a se unirem para discutir e debater os problemas e estabelecer um programa de ação comum. As necessidades práticas da vida tornaram oportuna e necessária a convocação da Convenção Pela Emancipação Nacional que se reunirá no Rio de Janeiro, no próximo dia 2 de abril.



Os preços sobem continuamente. A carestia da vida reduz o nosso povo à fome e à miséria

O Problema da Energia Elétrica

Já se tornou insuportável e intolerável o racionamento crônico de energia elétrica monopolizado pela Light e a Bond and Share. A Light está cada vez mais sob o domínio americano, através dos empréstimos do Export and Import Bank e da sua ligação com o grupo Morgan através da «United Corp». A Bond and Share é em 90 por cento americana. O racionamento causa prejuízos incalculáveis, impõe a redução do rendimento das instalações industriais,

já existentes, encarecendo a produção e gerando o desemprego, impede a instalação de novas indústrias e assim freia o desenvolvimento fabril.

Mas os lucros das empresas monopolistas estrangeiras não cessam de crescer. Em 35 anos de exploração, a Light realizou lucros confessados de 13 bilhões e 600 milhões, isto é, 136 vezes o capital. Só em 1952, seus lucros foram de um bilhão e 600 milhões de cruzeiros. Em 1947 recebeu um empréstimo

de 90 milhões de dólares com a fiança do governo brasileiro. Mas a situação só fez piorar. Depois vieram outros empréstimos. O governo transforma em lei a vontade da Light.

Diante dos protestos gerais, Getúlio fez um discurso demagógico em Curitiba. O presidente da Light, Henry Borden, respondeu: «As palavras do presidente Vargas não devem ser consideradas como ameaça às companhias de eletricidade».

A solução, portanto, não poderá vir deste governo. A solução deverá ser discutida em comum e ser conquistada na luta comum. A Convenção tratará do problema da energia elétrica e por isso atrai a atenção de milhões

OUTRO EXEMPLO — AS OLEAGINOSAS

Uma grande fonte de riqueza são as oleaginosas. Em 1952 havia no Brasil 369 fábricas de óleos e gorduras vegetais, espalhadas no território nacional desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas. Produziam óleos de caroço de algodão, amendoim, mamona, babaçu, oiticica, linhaça, etc.

Em 1952, a exportação caiu em 60%. Em 1953, cessou a exportação de uns quantos deles. O óleo de babaçu caiu para 200 toneladas exportadas em 1952 contra mais de 10.000 em 1950 e desapareceu do comércio exportador em 1953. Prejuízos para os produtores, desemprego, miséria numa vasta região do país. O Brasil é o único produtor mundial de oiticica, mas também a oiticica não está sendo exportada porque não tem preço. 80% dessa produção vem do Estado do Ceará que é assim mergulhado na crise econômica enquanto é flagelado pela seca.

Por que isto acontece? É que dependemos de um único comprador — os Estados Unidos, que estabelecem os preços, fecham e abrem o mercado a seu bel-prazer. Por isso, esses produtos são «gravosos». A

Convenção debaterá a questão dos produtos «gravosos» e por isso atrai o apoio de amplos setores jogados à ruína pelos dominadores ianques e seus serviais do governo Vargas.

A Campanha Baixista Contra o Café

O café é a nossa principal fonte de divisas. Representa 70 a 72% das nossas exportações. Com as divisas obtidas com a exportação de café é adquirido o trigo, o petróleo, tudo o que compramos no exterior. O comércio cafeeiro do Brasil está nas mãos de companhias americanas, como a «American Coffee». Nos portos brasileiros, os americanos são «exportadores». Nos Estados Unidos, são «importadores». Assim, por exemplo, a Anderson Clayton vende café à Anderson Clayton, ganha nas duas transações.

Os americanos, antes, impuseram um preço teto para o café. Agora, com a redu-

ção da safra em virtude da geada, desencadearam violenta campanha baixista, ameaçando-nos com a ruína. O governo de Eisenhower submeteu as transações do café ao «Commodity Exchange Authority», isto é, faz valer uma lei americana sobre um produto brasileiro. Qual a atitude do governo Vargas? Submissão completa.

É claro que não se pode esperar nada deste governo em defesa do nosso principal produto exportável. A solução emancipadora será apontada pela Convenção que, por isso, atrai a atenção e a simpatia de todos os setores ligados à produção cafeeira.

Em Defesa das Riquezas Naturais

Um largo e profundo movimento unitário congrega os brasileiros em defesa das riquezas naturais do país contra a rapina imperialista. A vontade da Nação é conhecida, ninguém pode honestamente por em dúvida a decisão de nosso povo de impedir a entrega dos nossos minérios aos americanos.

Entretanto, o que vemos é o roubo das nossas reservas de areia monazítica, a entrega do manganês, a exportação do ferro a preço vil, enquanto a Standard não desiste de nosso petróleo, continua manobrando para dele se apossar. O petróleo de Maricá está sendo entregue ao truste e nossa frota petroleira está sob seu controle. O governo viola a soberana vontade popular, entrega as riquezas do país ao dominador ianque.

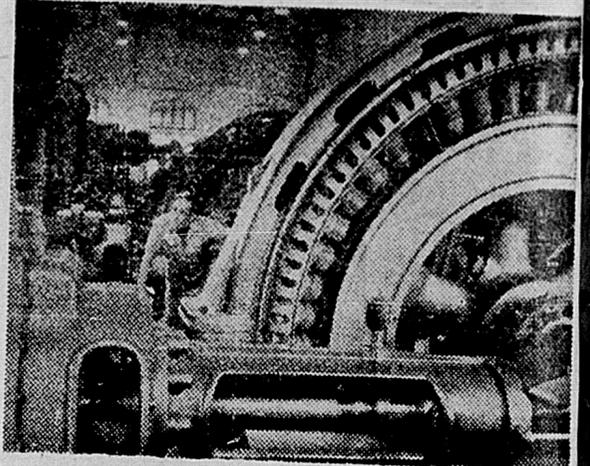
EM DEFESA DA INDÚSTRIA NACIONAL

O objetivo dos imperialistas ianques é reduzir o Brasil a simples produtor de matérias-primas a preço vil. O governo de Vargas realiza uma política que vem ao encontro dos designios ianques. A indústria brasileira permanece à mercê do racionamento de energia com a conviência do governo. O esquema Aranha inclui nas últimas categorias, encarecendo-os ao máximo, equipamentos e matérias-primas indispensáveis para a indústria.

A Usina de Volta Redonda é um exemplo: ela depende hoje do combustível americano na proporção de 72%, os empréstimos colonizadores a submetem ao arbítrio, ao controle e à fiscalização do Export and Import Bank ao qual tem que apresentar relatórios e de cuja autorização depende para qualquer iniciativa, Volta Redonda está ameaçada pelo «dumping» dos trustes americanos sendo forçada a produzir unica-

mente trilhos, que não interessam aos ianques por darem baixa margem de lucro, o manganês destinado a Volta Redonda está sendo carregado para os Estados Unidos. A Convenção debaterá e encontrará, na base da livre discussão, o programa comum para defender, preservar e assegurar o futuro da indústria nacional. Por isso ela atrai o apoio e a simpatia de todos os brasileiros patriotas que desejam o progresso de nossa terra.

O temário da Convenção inclui o debate e a busca de solução comum para conquistar o respeito à vontade do povo e aos sagrados interesses nacionais. Por isso, a Convenção atrai a simpatia e o apoio de milhões de brasileiros.



Nas mãos da Light e da Bond and Share estão 90% da produção de energia elétrica do Brasil

mente trilhos, que não interessam aos ianques por darem baixa margem de lucro, o manganês destinado a Volta Redonda está sendo carregado para os Estados Unidos.

A Convenção debaterá e encontrará, na base da livre discussão, o programa comum para defender, preservar e assegurar o futuro da indústria nacional. Por isso ela atrai o apoio e a simpatia de todos os brasileiros patriotas que desejam o progresso de nossa terra.

Contra a Carestia e a Miséria

As proporções a que atinge a carestia da vida já são mais do que alarmantes. Nosso povo está sendo condenado à fome e à mais negra miséria. Os constantes aumentos de preços reduzem o valor real dos salários e lançam ao desespero os milhões de lares que vivem de vencimentos fixos.

Há pouco foi aumentado o preço dos combustíveis líquidos, não obstante os grandes lucros da Standard Oil. O aumento de Cr\$ 0,50 determinou um aumento de 30% nos transportes rodoviários com o consequente agravamento da carestia. O governo aumenta a carestia para satisfazer a

séde de lucros máximos do truste de Rockefeller.

Sómente no norte do Paraná, apodrecem 20 milhões de sacas de cereais por falta de transporte. Os produtores se arruinam, os produtos faltam e sobem vertiginosamente nas cidades. Faltam transportes porque o governo, de acôrdio com os desejos dos americanos, só cuida das estradas de minérios e transforma a própria Central do Brasil em estrada de minérios.

A Convenção proporcionará ao nosso povo um programa de ação comum para uma luta eficaz contra a carestia. Por isso atrai o apoio caloroso da maioria esmagadora da Nação.

Um Conclave Histórico

Tais são alguns dos pontos — não todos — do temário da Convenção. Seus debates e resoluções interessam a profundamente a todos os brasileiros patriotas. O grande conclave a reunir-se no próximo dia dois de abril será um acontecimento novo na vida de nosso povo, cuja importância histórica reside no fato de que, à base da unidade de objetivos patrióticos, reunirá as forças hoje dispersas para a conquista das medidas práticas que tragam efetivamente a emancipação nacional do Brasil.



Americanos controlam um embarque de café no porto de Santos

VOZ OPERÁRIA

SUPLEMENTO — Não pode ser vendido separadamente

O IV CONGRESSO DO PCB FATOR DE DEMOCRACIA INTERNA

O IV Congresso vem sendo um poderoso fator para impulsionar e ampliar a democracia interna no Partido, condição indispensável para o máximo florescimento da iniciativa revolucionária dos organismos e militantes.

A reunião do organismo supremo do Partido eleva a um novo nível a democracia em nossas fileiras. As normas da vida partidária, o crescimento impetuoso do Partido e a necessidade do Partido cumprir integralmente o seu papel de destacamento de vanguarda, consciente e organizado da classe operária exigem o reforçamento cada vez maior da democracia interna. É imprescindível dar plena expansão a esse princípio básico de organização do Partido, a fim de acelerar o ritmo de sua formação. Esta expansão da democracia interna somente é limitada pelas condições de ilegalidade em que ainda vivemos. Sem violar as regras que norteiam a vida ilegal do partido, é necessário estimular sempre a prática da democracia interna.

A realização do IV Congresso é uma oportunidade excepcional para reforçar a democracia interna. Com o IV Congresso, o Partido aplica consequentemente o princípio do centralismo democrático, impulsiona a atividade dos membros de base e põe em prática o princípio salutar da discussão coletiva de seus problemas mais importantes, em primeiro lugar de seu Programa e de seus Estatutos.

A preparação e a realização do IV Congresso fará com que sejam eleitos, em todos os escalões, os organismos dirigentes do Partido. Através do debate livre e honesto, à base de profunda crítica e auto-crítica, os organismos dirigentes prestarão contas de suas atividades ante as respectivas organizações que os elegeram.

Com o IV Congresso, os dirigentes eleitos exercerão seus cargos em nome da massa de militantes, das organizações de base e organizações intermediárias. A realização do IV Congresso impõe a liquidação radical de práticas viciosas de direção que ainda subsistem em muitos organismos partidários. Todas as diretrizes e resoluções (de agora em diante, serão dadas pelos dirigentes em função de um mandato que os militantes do Partido lhes investiram. No Partido não podem existir dirigentes que se colocam acima do organismo a que pertencem e deliberam individualmente sobre decisões que cabe ao seu organismo tomar. Nenhum camarada pode agir independentemente da organização de que é membro ou dos organismos superiores. Por sua vez, o respeito aos direitos democráticos dos membros do Partido e das organizações de base e intermediárias é uma lei inviolável na vida partidária.

O IV Congresso contribuirá, decisivamente, para a estrita observância dos princípios estatutários sobre a democracia interna e, em primeiro plano, do princípio do trabalho coletivo. A direção coletiva é uma das normas básicas que rege o funcionamento do Partido. Esta norma resguarda o Partido das decisões unilaterais e dos fatos acidentais que se verificam na vida diária do Partido.

O IV Congresso introduzirá um novo ritmo no desenvolvimento da vida democrática do Partido, fazendo com que a democracia interna atinja a um nível mais elevado. Simultaneamente, à base desta democracia altamente desenvolvida em nossas fileiras, o centralismo da direção alcançará um alto grau. Deste modo, o princípio do centralismo democrático atuará em toda a plenitude no fortalecimento e formação do Partido.

Reforçar a democracia interna é tarefa de todo o Partido. Cada militante tem a obrigação de contribuir para o êxito desta tarefa. Respeitando fielmente os Estatutos, devem os comunistas discutir com a máxima franqueza os problemas que serão debatidos no Congresso, usar o direito da crítica e da auto-crítica, visando sempre o engrandecimento do Partido.

FERNANDO LACERDA E OS IMAGINÁRIOS «Delírios Esquerdistas» do Programa do Partido

A vida partidária de Fernando Lacerda é marcada por uma infundável sucessão de gravíssimos erros. Em momentos cruciais da luta revolucionária no Brasil suas posições, por estranha coincidência, sempre foram, na prática, contrárias aos interesses do Partido, da classe operária e do povo. Revelado o caráter destas posições, silêncio, tergiversa e manobra, sem jamais reconhecer seus erros com honestidade e franqueza. A auto-crítica é um método que Fernando Lacerda nunca empregou. Quem no Partido não conhece o que foi o liquidacionismo — tentativa criminosa, dirigida por Fernando Lacerda, para acabar com o Partido da classe operária no Brasil? Mas, até hoje, Fernando Lacerda nada disse sobre isto, como se nada tivesse com o liquidacionismo. Ruminando este silêncio suspeito aguarda sempre novas oportunidades para investir contra o Partido.

Quando o traidor Crispim se lançou contra o Partido, procurando dividir Fernando Lacerda mais uma vez pôs à mostra sua verdadeira face. Mantendo estreito contacto com Crispim defendeu, aberta e calorosamente, junto à direção do Partido e no Pleno do C. N. de fevereiro de 1952 o renegado e traidor. Desmascarado este inimigo do Partido, Fernando Lacerda dizia-se «enganado» por Crispim, iludido em sua boa fé.

Com a publicação do projeto de Programa do P.C.B., Fernando Lacerda volta, novamente, às suas posições equívocas. Aproveitando os debates que se processam para o IV Congresso, arremete, agora, contra o Programa do P.C.B. Mas na reunião de dezembro do Comitê Central que aprovou o projeto de Programa do Partido manifestou Fernando Lacerda seu apoio ao projeto em debate. Assim agindo, dá uma demonstração de leviandade, de que não prima pela coerência, nem pelo respeito ao organismo a que pertence.

O suplemento da VOZ OPERÁRIA de 6-3-1954 publica um artigo de Fernando Lacerda sobre o Programa do Partido com o seguinte título: «Cuidado com «delírios esquerdistas» na aplicação do Programa do P.C.B.» Pelo título têm-se a impressão de que o artigo se refere à aplicação do Programa do P.C.B. Mas, o seu conteúdo não trata de aplicação e sim do próprio Programa, que Fernando Lacerda pretende modificar. Qual o verdadeiro sentido da modificação proposta? Quer que se

suprima do Programa do P.C.B. toda referência à derrota ou à derrubada do governo de Vargas. Esta sugestão, aparentemente inocente, se aceita, «eliminará do Programa do Partido sua essência revolucionária. Sob o pretexto de luta contra hipotéticos «delírios esquerdistas», Fernando Lacerda procura impedir a luta firme e decidida do povo brasileiro pela derrubada do governo de Vargas, para acabar com o regime dos latifundiários e grandes capitalistas e o domínio dos imperialistas norte-americanos.

A argumentação do artigo objetiva amarrar a luta por um governo democrático de libertação nacional governado que realize as transformações democráticas e progressistas exigidas pelos supremos interesses da Nação. Todo o programa está fundamentado na teoria podre de que não é hoje, possível lutar pela derrota do governo de Vargas.

Fernando Lacerda, consciente ou inconscientemente, inicia a luta contra o Programa, deturpando o Programa. Depois de exigir que o Programa seja modificado em «uma formulação repetida varias vezes no Programa» diz o articulista:

«Refiro-me à formulação de «Derrubada do Governo de Vargas», como diretiva imediata neste momento.»

Esta afirmativa é uma grosseira deturpação do Programa do Partido. Stalin nos ensina que a diretiva é um apelo direto à ação em qualquer momento, mas não é obrigatório para todos os Partidos. Em que lugar do Programa do Partido existe a diretiva imediata de derrubada do governo de Vargas? Onde está no Programa o apelo à ação para derrubar, agora, o governo de Vargas? Fernando Lacerda dá a entender que o Programa do Partido manda preparar tecnicamente a derrubada do governo de Vargas, que o Partido está organizando a insurreição e assim alimenta «tendências e ilusões putchistas de certos elementos e patriotas e de importantes massas que os escutam».

Esta afirmativa é mentirosa e leviana, do artigo de Fernando Lacerda só resta uma série de sandices que não vale o esforço de uma refutação.

No entanto, há no artigo de Fernando Lacerda uma outra questão que deve ser esclarecida. Um dos principais argumentos de Fernando Lacerda, para justificar as modificações que propõe em formulações do Programa

ma consiste no fato de que tudo leva a crer que Vargas será substituído, breve, ou pelo voto em 1954 e 1955, ou por putch de agentes do Imperialismo Ianque, ou por um golpe «salvador».

Deixando de lado os dons proféticos de Fernando Lacerda que tantos transtornos lhe têm causado, é necessário responder a sua argumentação.

Admitindo-se que tudo corre normalmente, que em 1955 haja eleições para presidente da República, é justa a afirmação do Programa do Partido de que é indispensável a derrubada do governo de Vargas? Sim. Esta afirmação é inteiramente correta e oportuna. O Programa do P.C.B. proclama:

«Se queremos viver e prosperar, se queremos que nossa Pátria alcance o futuro radioso a que tem direito se queremos nos libertar da odiosa escravidão americana e tirar nossa povo do atraso da miséria e da ignorância em que vegeta, é indispensável acabar com o regime dos latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos Imperialistas norte-americanos, derrubar o governo de Vargas.»

Fica portanto, perfeitamente claro no Programa que o povo brasileiro só se libertará do jugo dos imperialistas norte-americanos, do atraso e da ignorância em que vive, liquidando com o regime de latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo Ianque. Não se trata de simples mudanças de homens no poder, mas de mudar de regime, substituir o atual regime reacionário e caduco pelo regime democrático popular. Todo o Programa está impregnado dessa tese. Mas a luta contra o atual regime e pela conquista do regime democrático popular não é uma coisa abstrata, nem é um objetivo longínquo pelo qual só é possível lutar daqui a alguns anos como deseja Fernando Lacerda.

A luta por este objetivo é uma luta atual, a ser realizada de acordo com as presentes condições objetivas e subjetivas. Como, no entanto, lutar contra o atual regime, sem lutar pela derrubada do governo que representa os latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos monopólios norte-americanos, contra o governo de Vargas? Esta é a razão por que o Programa indica a necessidade de substituir o atual governo anti-popular e anti-nacional, o governo de Vargas, por um governo democrático de libertação na-

cional. Para derrubar o atual regime de latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos monopólios Ianques é preciso, lutar, hoje, pela derrota do governo de Vargas, sem especular se o governo de Vargas deixará de existir ou não em 1955. Trata-se, agora, de unificar todas as forças democráticas, progressistas, nacionais e libertadoras para substituir o governo de Vargas pelo governo democrático de libertação nacional. A maior ou menor rapidez na conquista deste objetivo dependerá do ritmo de fortalecimento e unificação das forças interessadas na libertação do Brasil do jugo imperialista norte-americano e na instauração de um regime de paz e felicidade para o povo.

Tudo que contribua para desviar as forças revolucionárias da luta para derrubar o governo reacionário de Vargas deve ser firmemente combatido. Por isso é falsa e sumamente perniciosa a proposta de Fernando Lacerda de substituir a formulação do Programa «derrubar o governo de Vargas» pela seguinte:

«Por uma revolução feudal e anti-imperialista, da FDLN, COM TODAS AS MASSAS E FORÇAS DEMOCRÁTICAS E PROGRESSISTAS, acabar com a política de tração nacional de venda do país aos trustes americanos, de espoliação e escravização do povo, de guerra e de fascismo, como a que faz, agora, o governo de Vargas e fará todo o governo de grandes feudais e grandes capitalistas, servidores dos imperialistas norte-americanos.»

Fernando Lacerda com esta proposta, que revela toda sua confusão, tenta desviar a luta do povo brasileiro contra o atual regime e contra o governo de Vargas que representa os latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos imperialistas norte-americanos. Sua proposta, se fosse aceita, deixaria sem objetivo as forças revolucionárias, que, ao invés de lutar contra o atual governo e por um governo democrático de libertação nacional, teriam um objetivo vago e indeterminado de acabar com a política de tração nacional.

Julga Fernando Lacerda que com sua proposta não dará «alimento nenhum aos putchistas «salvadores» e históricos». É uma opinião bastante discutível. Mas de uma coisa pode estar certo: sua sugestão se levada a sério, engordaria toda sorte de oportunistas, inimigos do Partido, de classe operária e do povo brasileiro.

Principais Acontecimentos da Vida do P.C.B. Desde a Realização do Seu III Congresso

1928/1929

Reune-se em Niterói, nos dias 29, 30 e 31 de dezembro, e 1, 2 e 3 de janeiro o III Congresso do P.C.B. Dessa reunião, participam 31 militantes, sendo 10 membros do Comitê Central, 5 delegados da região do Rio, 2 da região de Pernambuco, 1 do Espírito Santo, 3 de São Paulo, 1 do Rio Grande do Sul, 1 de Campos e 2 da Juventude. Havia ainda 3 elementos com direito a voz e 3 assistentes.

Segundo a profissão, os 31 membros do Congresso assim se repartiam: 16 operários, 6 empregados, 6 intelectuais e 3 de profissões diversas. A ordem do dia do Congresso foi a seguinte: 1) A situação política nacional e a posição do Partido Comunista; 2) A luta contra o imperialismo e os perigos de guerra; 3) O trabalho do Partido nos sindicatos operários; 4) A questão camponesa; 5) Questões de organização; 6) Organizações de massa — a) Bloco Operário e Camponês; b) Organizações anti-fascistas; c) Socorro Vermelho; d) Inquilinos; e) Esportes; f) Cooperativas; 7) Organização da Juventude Comunista; 8) Imigração; 9) A situação do Partido em São Paulo; 10) A questão da oposição e 11) Eleições. Na base da análise da situação nacional, o Congresso aprovou as seguintes palavras de ordem fundamentais: a) Solução do problema agrário, confiscando a terra; b) supressão dos vestígios semifeudais; c) libertação do jugo do capital estrangeiro. O Congresso recomendou que se fizesse da luta contra a dominação imperialista o fio condutor de todas as batalhas a serem travadas. O Congresso resolveu, ainda, reforçar o trabalho nos sindicatos e coordenar melhor suas atividades. A respeito do Bloco Operário e Camponês, reafirmou-se que devia ser uma organização política de frente única das massas laboriosas em geral, sob a hegemonia do Partido. O Congresso resolveu que o Partido deveria dedicar maior atenção às organizações de massa e à Juventude Comunista. Também foi deliberado concentrar-se esforços para o melhoramento do trabalho em São Paulo e aprovaram-se as disposições tomadas pelo Comitê Central em relação à ex-oposição. Foram aprovados novos Estatutos e eleitos os novos membros do Comitê Central que ficou composto por 18 membros efetivos e 7 suplentes. Dos eleitos 15 eram do Rio, 4 de São Paulo, 2 de Pernambuco, 2 do Rio Grande do Sul, 1 de Vitória e um de Campos. Foram organizadas as comissões de organização, agitação e propaganda, sindical, mulheres e camponesas.

1.º de Maio — Grande comício na Praça Mauá, organizado pelo Partido.

1930

3 de Maio — Como resultado de sua aproximação cada vez maior com o Partido, Luiz Carlos Prestes lança um manifesto em que define sua posição anti-imperialista e contra o latifúndio.

29 de Julho — Editado pelo Bureau Político do Partido, aparece o 1.º número da «Folha de Discussão», no qual se publicam dois documentos; uma resolução do Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista e uma carta do Bureau Político aos membros do Partido. No primeiro, o B.S.A. estuda a situação do Partido brasileiro e traça as tarefas visando a sua bolchevização e a correção da linha do Partido. No segundo, o B.P. faz sua auto-crítica e chama todo o partido a colaborar nas tarefas de fortalecimento orgânico e político indicadas pelo B.S.A.

Outubro — Em seus editoriais a «Classe Operária» desmascara os dois bandos políticos em que se haviam dividido as classes dominantes e conclama as massas a formar em uma frente única proletária por uma luta independente, por seus interesses econômicos e políticos e a transformarem a guerra civil reacionária dos generais a serviço dos imperialistas em luta das massas exploradas, pelo poder operário e camponês baseado nos Conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros.

— Instala-se em Itaqui, no Rio Grande do Sul, um Soviete local. Depois de esmagados pelas forças da Aliança Liberal foram seus membros fuzilados.

1931

12 de Março — Em carta aberta, Prestes desmascara os elementos participantes dos movimentos de 1922 e 1924 que se colocaram no campo do inimigo, e proclama sua fidelidade aos princípios do internacionalismo proletário e chama as massas a se organizarem nas fileiras do Partido.

1.º de Maio — Manifestações de massa no Rio, São Paulo e Recife.

A polícia prende centenas de trabalhadores e comunistas que são enviados para a ilha Grande e a de Fernando de Noronha. Em Santos, a polícia ataca a bala o comício promovido pelo Partido e assassina um operário comunista.

1932

Julho — O Partido Comunista desmascara o governo de Getúlio e os golpistas de São Paulo e conclama as massas a lutarem pelas suas reivindicações imediatas, contra o imperialismo e o latifúndio, pela transformação da luta armada entre os grupos das classes dominantes numa luta pela instauração do governo operário e camponês.

1933

O Partido encabeça um

grande movimento contra a guerra do Chaco, denunciando-a como disputa entre os trustes petrolíferos americanos e ingleses. Em todo o país realizam-se atos públicos e manifestações pela cessação imediata da guerra.

O Partido concorre às eleições para a Constituinte, sob as legendas «União operária e camponesa» e «Trabalhador, ocupa teu posto!».

1934

1.º de Maio — Apesar da proibição da polícia, realizam-se comícios em todo o país. No Rio de Janeiro, os operários reagiram a bala à intervenção policial, havendo diversos feridos e numerosos presos; em Recife a polícia atacou a tiros uma passeata, matando 2 trabalhadores e ferindo mais de 30 pessoas.

Julho, dias 8 a 16. Realiza-se a I Conferência Nacional do P.C.B. a fim de reestruturar a direção do Partido e eleger a delegação brasileira a uma reunião da Internacional. A Conferência conclama os comunistas a promover manifestações contra a guerra, a reação e o fascismo, de 1.º a 23 de agosto.

1.º de Agosto — Luiz Carlos Prestes ingressa no P.C.B. — Realiza-se na Lapa um grande comício, promovido por diversas organizações proletárias e populares, um grande comício anti-guerrilha. Falam representantes do Partido, da Juventude, do Socorro Vermelho Internacional. Exigiu-se a liberdade de Thaelmann.

Ao término do comício foi entoada a «Internacional».

Realizam-se, durante o mês de agosto, em todos os Estados, conferências anti-guerrilhas, como preparação para o I Congresso Nacional de Luta contra a Guerra, a Reação e o Fascismo.

23 de Agosto — Realiza-se no Teatro João Caetano, o I Congresso Nacional de Luta contra a Guerra, a Reação e o Fascismo, convocado por diversas organizações, entre as quais a C.G.T.B. Grande massa reúne-se em comício diante da Central do Brasil e dirige-se incorporada para o Teatro, empunhando faixas e cartazes com palavras de ordem contra a guerra, contra o integralismo, por pão, trabalho, terra e liberdade. Instalado o Congresso, faleçam representantes da C.G.T.B., dos organismos proletários do Estado do Rio, São Paulo e Pernambuco, dos grevistas de Santos e dos camponeses do Estado do Rio, do Socorro Vermelho, da Juventude Comunista e do Partido Comunista. De punhos cerrados, a assistência aprovou moções de saudação ao proletariado da U.R.S.S., de apoio aos soviets chineses, pela libertação de Thaelmann, de apoio aos grevistas de Santos, etc. Ao retirar-se do teatro, a massa foi atacada a bala e gases lacrimogêneos pela Polícia Especial, Polícia Militar e investigadores da Ordem Política e Social resultando disso 2 mortos e dezenas de feridos.

Dia 25 de Agosto — Greve de 3.000 trabalhadores da Cantareira, abrangendo os

serviços de barcas e bondes, pelas suas reivindicações e de protesto contra a chacina do João Caetano. Generaliza-se o movimento grevista, incluindo: pedreiros e caixeiros de Niterói, tecelões do Rio de Janeiro, padeiros do Distrito Federal, Cia. Circular da Bahia, e marceneiros. A polícia fecha a Federação Proletária do Estado do Rio.

Setembro — Ingressa no Parlamento Federal, pela primeira vez, um representante do Partido Comunista do Brasil que assume uma posição de desmascaramento dos representantes das classes dominantes e do imperialismo. O Partido procura forjar uma frente única de luta de todos os trabalhadores e de todo o povo contra a reação, a guerra e o fascismo.

Surge o «Jornal do Povo» como órgão de massas do Partido. Tem vida efêmera, pois é logo fechado pela polícia.

O ano de 1934 assinala um grande ascenso do movimento operário. As greves da Leopoldina e da Central do Brasil, no mês de abril, são seguidas da greve geral dos bancários, dos marítimos, dos telegrafistas, dos operários da City em Santos, da Cia. Fôrça e Luz em Belo Horizonte, dos tecelões da Mariângela e da fábrica de juta de São Paulo, da São Paulo Railway, empregados do comércio hoteleiro e similares em Santos, Estrada de Ferro Oeste de Minas, salineiros de Macaú e Areia Branca, no Rio Grande do Norte, greve geral em Belém, etc. — Realiza-se nessa época um Congresso Sindical Nacional, organizando-se a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB).

Setembro — de 23 a 29 realiza-se a 1.ª Semana Nacional Anti-Guerrilha, promovida pelo Comitê Nacional de Luta contra as Guerras Imperialistas, a Reação e o Fascismo.

Organiza-se a Comissão Política e Popular de Inquérito para a luta contra os crimes da reação que se multiplicam em todo o país.

7 de Outubro — O Partido dirige as forças populares agrupadas em poderoso movimento de frente única anti-fascista dissolvendo uma manifestação armada dos integralistas no Largo da Sé, em São Paulo. Em todo o país o Partido toma a frente da luta contra o integralismo, particularmente no Rio, Petrópolis, Campos, Pernambuco, Espírito Santo etc.

1935

Começa a ser editado no Rio o jornal «A Manhã», órgão de massas do Partido.

Março — É lançado o Manifesto Programa da Aliança Nacional Libertadora que marca o surgimento dessa organização. Nesse documento reclama-se o cancelamento das dívidas externas; a nacionalização das empresas imperialistas; liberdade em toda a sua plenitude; entrega dos latifúndios ao povo laborioso que

os cultiva; libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pelo aforamento, pelo arrendamento da terra, etc.; anulação total das dívidas agrícolas; defesa da pequena e média propriedade contra a aglomeração, contra qualquer execução hipotecária; pela exploração das riquezas nacionais; pela diminuição dos impostos que pesam sobre o povo laborioso; pelo aumento de salários e ordenados; por medidas efetivas de amparo social ao trabalhador.

25 de Abril — Em carta à direção da A.N.L. Luiz Carlos Prestes adere a essa organização.

No VII Congresso da I.C., Prestes é eleito para seu Comitê Executivo.

Realiza-se no Rio um grande congresso de trabalhadores, reorganizando-se a central sindical com o nome de Confederação Sindical Unitária do Brasil (C.S.U.B.).

5 de Julho — Luiz Carlos Prestes, na qualidade de presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora lança um Manifesto conclamando todos os patriotas à união e à luta contra o fascismo, pela derrubada do governo odioso de Vargas, por um governo popular nacional revolucionário pela entrega de todo o poder à A.N.L.

5 de Julho — O governo de Vargas determina o fechamento das sedes da Aliança Nacional Libertadora, mas essa organização continua a viver na legalidade.

Novembro — Prestes é eleito membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.

23, 24 e 27 de Novembro — Desencadeiam-se movimentos insurrecionais em Natal, Recife e Rio de Janeiro sob a bandeira da Aliança Nacional Libertadora e pela instauração de um Governo Popular Revolucionário com Luiz Carlos Prestes à frente. Em Natal o governo revolucionário é instalado mas tem vida efêmera. Em Recife e no Rio de Janeiro o movimento após heroica luta dos revolucionários é derrotado.

O Governo decreta o estado de sítio que depois se transforma em estado de guerra, e desencadeia terrível reação em todo o país, Milhares de patriotas e democratas, comunistas e aliancistas são presos em todo o país.

No interior do Rio Grande do Norte formam-se grupos de guerrilheiros chefiados por Miguel Moreira.

1936

— É preso no Rio de Janeiro a 5 de março, Luiz Carlos Prestes. Março — Prisões em massa de marinheiros.

Cresce a reação em todo o

país. Os presos são submetidos a terríveis torturas.

— Transfere-se para Pernambuco e, depois, para a Bahia, a direção nacional do P.C.B. — 6 de junho — É preso, no interior do Rio Grande do Norte, Miguel Moreira, dirigente aliancista e organizador do movimento de guerrilhas. — Os crimes do Governo são denunciados na tribuna do Senado e da Câmara por parlamentares democratas e cresce em todo o país, o movimento de la anistia.

1937

— 21 de abril — O governo de São Paulo determina o massacre dos presos do Maria Zélia, matando quatro deles e ferindo dezenas.

— Maio — Sob forte pressão da campanha da anistia e das contradições entre as classes dominantes que tomavam corpo com a aproximação da campanha sucessória, o Governo não em liberdade os presos políticos ainda não condenados.

Junho — O Partido, em face do lançamento das candidaturas à sucessão presidencial, mobiliza as massas para exigir compromissos de anistia e de respeito às liberdades democráticas. Ao mesmo tempo, ganha corpo em todo o país a campanha pela anistia.

Julho — Seguem numerosos comunistas e nacional-libertadores para a Espanha, a fim de lutarem nas brigadas internacionais contra o fascismo agressor.

Agosto — Reune-se em São Paulo o Bureau Político Ampliado do PCB fixando a posição do Partido em face do problema eleitoral.

Setembro — Dia 8 — Rio Os dirigentes civis e militares do movimento insurrecional de novembro de 1935 comparecem ao Supremo Tribunal Militar para assistir ao julgamento da apelação das sentenças a que haviam sido condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, órgão que se haviam negado a reconhecer. Nessa ocasião Prestes e os demais dirigentes comunistas e aliancistas desmascaram as provocações policiais, demonstram a maior firmeza revolucionária e precisam o caráter do movimento nacional-libertador de 1935. Diz Prestes: «Para mim, na situação toda particular em que me encontro, o essencial é que se saiba que eu continuo lutando, contra os que exploram e oprimem o nosso povo. Não me permitam falar? Não posso orientar com a palavra do meu Partido os milhões de cidadãos que a desejam ouvir? Pela minha atitude, então, eu procurarei fazer sentir ao nosso povo quanto to é necessário atualmente lutar pelos seus direitos constitucionais, contra a legislação terrorista da ditadura, pela liberdade dos perseguidos políticos e contra os policiais da reação».

Novembro — O Partido expulsa de suas fileiras um grupo fracionista-trotskyista que, para facilitar o golpe de Estado que a reação prepara, e que toma incremento após a decretação de um

Principais Acontecimentos da Vida do P.C.B. Desde a Realização do Seu III Congresso

povo "estado de guerra" na base da provocação conhecida pelo nome de "Plano Cohen", procurava lançar a confusão nas fileiras partidárias.

1938
Cresce em todo o mundo o movimento de solidariedade a Luiz Carlos Prestes. A Câmara da Espanha manifesta sua solidariedade a Prestes. Da França, do México, etc., são encaminhadas para o Brasil centenas de mensagens semelhantes.

Os presos políticos tomam posição de apoio à direção nacional em sua ação pela unidade partidária.

Através de "A Classe Operária" o Partido conclama todos os democratas e patriotas à luta contra o integralismo, que havia realizado o "putsh" de 11 de maio, e pela democratização do governo, com a libertação dos presos políticos.

O Partido inicia a campanha pela siderurgia e pelo desenvolvimento industrial do país.

Volta a circular a "Revista Proletária", órgão teórico do Partido.

1939

O Partido impulsiona a campanha de resistência ao nazismo.

Outubro — O Bureau Político, em documento dado a público, analisa a situação criada com a guerra na Europa, dá o balanço no processo de desmoralização do Estado Novo e conclama à luta pela anistia, pela convocação de uma Assembléa Constituinte, pela paz, pelo reconhecimento da União Soviética e pela formação de uma Frente Nacional Democrática, que lute por uma verdadeira República democrática.

1940

Março — A reação vibra golpes profundos na direção do Partido, conseguindo deter a maior parte dos membros de sua direção nacional. 7 de Novembro — Prestes comparece ao Tribunal de Segurança Nacional para ser submetido a novo julgamento. Quando lhe dão a palavra, proclama: "Queiro aproveitar a oportunidade que me dão de falar ao povo brasileiro para render homenagem à data de hoje, uma das maiores de toda a história, dia do 23.º aniversário da Grande Revolução Russa, que libertou um povo da tirania..."

Os juizes amedrontados cassam-lhe a palavra.

1941

Os elementos da antiga direção nacional do Partido, que haviam conseguido escapar às perseguições, foram presos em São Paulo.

1942

4 de Julho — Culminando o movimento anti-nazista realiza-se, no Rio de Janeiro, uma grande passeata estudantil, com ampla repercussão popular, exigindo a expulsão do governo dos agentes mais diretos do eixo nazi-fascista.

Agosto (18 a 22) — Com a notícia do afundamento de

navios mercantes nacionais, em águas brasileiras, desencadeia-se poderoso movimento popular que abarca todo o país e obriga o governo a declarar guerra à Alemanha nazista e à Itália fascista. Os comunistas ocupam posição de vanguarda nessa luta.

1943

Agosto (dias 28, 29 e 30) — Realiza-se na Serra da Mantiqueira a II Conferência Nacional do Partido, elegendo uma nova direção nacional. Essa Conferência combate e desmascara o iliquidação e define a posição do Partido diante da guerra recomendando aos comunistas subordinar tudo à luta pela derrota do nazismo. A Conferência também resolve que os comunistas devem encabeçar a luta patriótica contra o nazismo e pelo envio da F.E.B. a Europa.

1944

Os comunistas lideram a campanha em prol do envio de uma força expedicionária a Europa e, posteriormente, de apoio aos soldados brasileiros que combateram na Itália contra o fascismo.

1945

O Partido toma a frente da campanha pela democratização do país, lançando a palavra de ordem de anistia a todos os presos políticos.

18 de Abril — Cedendo à pressão popular, o governo decreta a anistia. Luiz Carlos Prestes é posto em liberdade.

22 de Maio — Aparece a "Tribuna Popular", jornal de massas do Partido.

23 de Maio — O Partido Comunista surge para a vida legal com a realização do primeiro grande comício com a participação de Prestes, no estádio do Vasco da Gama.

7 de agosto — Instalase solenemente o primeiro Pleno do Comitê Nacional do P.C.B. na legalidade. Foram realizadas 14 sessões no espaço de 8 dias. O «Pleno da Vitória» como foi chamado, tratou da transformação do P.C.B. num grande Partido de massas e elegeu o camarada Luiz Carlos Prestes como Secretário Geral do Partido Comunista do Brasil.

2 de dezembro — Eleições gerais para a Assembléa Constituinte e para presidente da República. O Partido Comunista participa com seus candidatos próprios, inclusive à presidência da República. Prestes é eleito como o Senador mais votado na Capital Federal, o P.C.B. obtém 600 mil votos em todo o Brasil e elege uma bancada de 14 deputados.

1946

5 de janeiro — Reune-se o Comitê Nacional do P.C.B. em importante Pleno, com assistentes dos Estados e do Distrito Federal. Em reuniões que duraram vários dias, 81 delegados e assistentes discutiram o informe político da Comissão Executiva. «O P.C.B. na Luta pela Paz e pela Democracia», apresentado por

Prestes, e outros temas importantes.

Março — O camarada Prestes pronuncia seu famoso discurso na Constituinte, em que situa a posição do PCB em face de uma guerra imperialista contra a União Soviética, reafirmando a seguinte declaração feita dias antes numa sabatina: «Fariamos como o povo da Resistência Francesa, o povo italiano, que se ergueram contra Petain e Mussolini. Combateríamos uma guerra imperialista contra a URSS e empunharíamos armas para fazer a resistência em nossa Pátria, contra um governo desses, retrógado, que quisesse a volta do fascismo. Se algum Governo cometesse esse crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional».

8 de julho — III Conferência Nacional do P.C.B. instalada no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, com a presença de delegações de partidos irmãos do Chile, Argentina, Uruguai e Cuba. O Informe político apresentado pelo secretário do P.C.B. foi debatido até o dia 12 em várias sessões. A III Conferência do Partido foi encerrada em 15 de julho com os seguintes pontos: 1.º) Aprovação dos informes e das teses; 2.º) Leitura e aprovação das resoluções; 3.º) Apresentação do Comitê Nacional e da Comissão Executiva; 4.º) Leitura das moções; 5.º) Discursos dos delegados fraternais dos Partidos irmãos; 6.º) Encerramento com discurso do camarada Luiz Carlos Prestes; 7.º) Hino internacional dos Trabalhadores.

6 de dezembro — Instala-se o Pleno do Comitê Nacional do P.C.B. Nas reuniões plenárias que se realizaram nos dias 7, 8 e 9, a ordem do dia constou de um único ponto: «A situação política e as atividades do Partido».

1947

19 de janeiro — Realizam-se eleições para governadores estaduais e para vereadores à Câmara do Distrito Federal, com a participação dos comunistas. A legenda do P.C.B. foi majoritária no Distrito Federal, sendo eleitos 18 representantes.

22 de fevereiro — Instalase o Pleno ampliado do Comitê Nacional do P.C.B. com a seguinte ordem-dia: 1.º) A Situação Política e 2.º) O IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. Houve duas intervenções especiais, uma sobre Organização e Finanças, e um balanço do Plano Nacional de Emulação Eleitoral. As sessões ordinárias do Pleno foram realizadas nos dias 24 e 25. O Pleno se encerrou em 26.

7 de maio — Por ordem dos imperialistas americanos, o governo de tração nacional de Dutra lança o P.C.B. na ilegalidade.

1948

Janeiro — Cassados os mandatos dos parlamentares eleitos sob a legenda do PCB.

28 de janeiro — É lançado o Manifesto de Janeiro pelo Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, documento que assinalou uma virada no sentido da luta contra os desvios oportunistas, e da intensificação da re-

sistência de massas em todo o país à agressividade do imperialismo ianque e à repressão policial do governo.

Setembro — O P.C.B. participa ativamente das eleições municipais que se iniciam neste mês prolongando-se até janeiro de 1948, elegendo vereadores em todo o país. São eleitos prefeitos comunistas em Santo André (São Paulo) e Jaboatão (Pernambuco). No Estado de São Paulo (160 vereadores) o PCB surge majoritário na capital, Santos, Sorocaba e Santo André. Igualmente nas principais cidades e capitais do país, o PCB sai das eleições como força majoritária.

1949

Maio — Informe do camarada Prestes ao C.N. «Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da Paz, da liberdade e contra o imperialismo».

1950

25 de fevereiro — A Comissão Executiva lança o importante documento: «novas armas para a luta pela paz e a independência nacional», salientando a importância dos informes e resoluções da 3.ª Conferência do Bureau de Informação dos Partidos Comunistas da Europa para a luta dos comunistas e demais democratas e patriotas pela paz e a independência nacional.

20 de abril — Vibrante Apelo da Comissão Executiva do P.C.B., por mais vigor e audácia nas lutas massas pelo 1.º de Maio, pela interdição da bomba atômica, pela paz e a independência nacional!

1.º de agosto — Lançamento do Manifesto de Agosto pelo Comitê Nacional do P.C.B., documento em que a direção do Partido resalta o problema da luta pelo poder, lançando a palavra de ordem da formação de uma frente única, a Frente Democrática de Libertação Nacional, e formulando um programa de 9 pontos para a F.D.L.N..

1951

Fevereiro de 1951 — Primeiro Pleno do Comitê Nacional do P.C.B., depois do lançamento do Manifesto de Agosto com a seguinte ordem-dia: 1.º) As atividades do Partido depois do Manifesto de Agosto; 2.º) Modificações na direção. Ao cabo de alguns dias de trabalho e debates foram tomadas as seguintes resoluções: a) aprovar a resolução política do Pleno do C.N.; b) fazer algumas modificações na C.E. a fim de torná-la mais eficiente; c) editar as Obras de Stálin; d) enviar mensagens de saudação ao camarada Prestes, ao P.C. da Argentina, à heróica combatente da Paz, Elisa Branco e uma saudação ao valente lutador anti-imperialista encarcerado, camarada Agliberto Azevedo.

1.º de Maio — Manifesto do Comitê Nacional saudando o proletariado a propósito das comemorações do Primeiro de Maio de luta pela Paz e contra o Imperialismo.

Junho — Reunião do Comitê Nacional, que tomou importantes resoluções para a ampliação da luta contra as decisões da Conferência de Washington, contra a colonização de nossa pátria, contra a exigência do imperialismo americano de enviar tropas brasileiras para a Coreia.

1952

Fevereiro — Manifesto do Comitê Nacional a respeito da luta contra o Processo judiciário movido contra Prestes e demais dirigentes comunistas.

Fevereiro — Reune-se o Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil que discutiu a seguinte ordem-dia: 1.º) ponto — Informe político da Comissão Executiva: «A luta pela paz nossa tarefa central e decisiva» apresentado pelo camarada Prestes; 2.º) ponto — Informe da Comissão Executiva, sobre o reforçamento da vigilância revolucionária apresentado pelo camarada Diógenes Arruda.

Março — Manifesto do C.N. do P.C.B. contra o «acórdão militar», assinado pelo Itamarati, conclamando à luta contra sua ratificação pelo parlamento.

25 de março — Saudação do camarada Prestes aos militantes, amigos e simpatizantes do P.C.B. pela passagem do 30.º aniversário do P.C.B.

Julho — Reune-se o Comitê Nacional do PCB para discutir a seguinte ordem-dia: 1.º ponto) — Discussão do projeto de resolução sobre a unidade e a organização da classe operária; 2.º ponto) — Realização das tarefas do Informe de fevereiro do camarada Prestes; e três intervenções especiais — sobre a campanha por um Pacto de Paz, sobre o trabalho de educação do Partido e sobre a campanha financeira de 5 milhões de cruzeiros.

O Comitê Nacional aprova importante resolução sobre o trabalho sindical, no sentido da ampliação da organização e da unidade da classe operária.

Julho — Nota da Comissão Executiva do PCB contra a chegada do traficante de guerra americano Dean Acheson que vinha exigir o envio de soldados brasileiros para a Coreia, a entrega do petróleo à «Standard Oil» e a ocupação de nossas bases pelas tropas americanas.

1953

Outubro de 1952 — Reune-se em Moscou o XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Pela primeira vez, o PCB participa de um Congresso do Partido de Lênin e Stálin, enviando uma delegação fraternal, a convite do Comitê Central do P.C.U.S.

Novembro — Reune-se o Comitê Nacional do PCB para discutir dois problemas candentes da luta pela paz e a independência nacional: a campanha contra o Acórdão Militar Brasil-Estados Unidos e a contribuição dos comunistas à preparação,

em nosso país, do Congresso dos Povos pela Paz.

Novembro — Nota da Comissão Executiva sobre a luta em defesa do petróleo nacional.

1953

Março — Carta-aberta do Partido Comunista do Brasil sobre o falecimento do camarada Stálin.

Abril — Reunião solene do Comitê Nacional do PCB em homenagem à memória do grande Stálin.

Abril — Manifesto do Comitê Nacional do PCB aos trabalhadores e ao povo, por ocasião da greve dos 300 mil trabalhadores de São Paulo.

Abril — Reune-se o Comitê Nacional do PCB. Prestes analisa a situação política e as tarefas do Partido à luz dos ensinamentos do XIX Congresso do P. C. U. S., no informe "O XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e as tarefas de nosso Partido" Informe de Diógenes Arruda, "Forjemos nosso Partido à imagem e semelhança do Partido de Lênin e Stálin".

Abril — Manifesto de 1.º de maio do Partido Comunista do Brasil, conclamando os trabalhadores a celebrar um 1.º de Maio de lutas em defesa da paz, das liberdades, contra a carestia da vida, pela independência nacional.

Dezembro — Reune-se o Comitê Central do PCB, para discutir a seguinte ordem-dia: 1) Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil, informante o camarada Prestes 2) Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil, informante o camarada João Amazonas; 3) Convocação do IV Congresso do Partido Comunista do Brasil — proponente o camarada Prestes. Aprovados por unanimidade os projetos de Programa e de Estatutos bem como a convocação do IV Congresso.

1954

1.º de janeiro — O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil entrega o projeto de Programa do Partido ao conhecimento do Partido, da classe operária e de todo o povo brasileiro para estudo e discussão.

Janeiro — O Comitê Central do PCB faz publicar o projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil para estudo e discussão.

Janeiro — Divulgada a convocação para o ano de 1954 do IV Congresso ordinário do Partido Comunista do Brasil com a seguinte Ordem do Dia:

1) — Informe de balanço do Comitê Central do PCB — informante o Secretário Geral do PCB, camarada Luiz Carlos Prestes.

2) — Sobre o Programa do PCB — informante o Secretário do C.C., camarada Diógenes Arruda.

3) — Modificações dos Estatutos do PCB — informante o Secretário do C.C., camarada João Amazonas.

4) — Eleição dos órgãos centrais do Partido.

26 de fevereiro — Publicado o texto integral do Projeto de Programa do PCB pelo órgão do "Biro de Informação dos Partidos Comunistas e Operários".

Observações de um Portuário Sobre os Estatutos do P. C. B.

J. A. N.

Sendo o P.C.B. o partido da classe operária e camponesa, os seus Estatutos têm que ser bem claros, com uma redação simples e prática, de fácil compreensão, levando em consideração o baixo nível de instrução da classe operária e principalmente dos camponeses. Sendo assim, não é admissível que três artigos referentes à admissão apareçam com interpretações diferentes e contraditórias.

O artigo 2.º diz: «Membro do Partido é todo aquele que aceita o Programa e os Estatutos do Partido...» etc. Dá a entender assim, que o ato de admissão já está encerrado, não havendo mais nenhuma condição.

Mas o artigo 5.º contradiz o art. 2.º, porque se refere ao ato de admissão de outra maneira. Diz o art. 5.º «A admissão ao Partido é realizada em caráter individual. Podem ingressar no Partido pessoas maiores de 18 anos».

O art. 2.º: «Membro do Partido é todo aquele que aceite o Programa... etc.»

O art. 5.º: «A admissão ao Partido é realizada em caráter individual... etc.»

O art. 6.º: «Para ingressar no Partido, o candidato deve ser proposto e recomendado... etc.» Pergunto, afinal: qual é o artigo que deve ser o principal para ser admitido no Partido?

O art. 2.º é mais lógico e prático.

O art. 5.º não tem mais utilidade.

O art. 6.º é impraticável, racionalmente, e, ao mesmo tempo, uma porta falsa que dá oportunidade à promoção dos oportunistas e abater o ânimo dos verdadeiros combatentes de vanguarda.

É impraticável racionalmente porque: 1.º) Pode-se dar o caso de que um membro novato consiga numa empresa reunir o mesmo líder a classe e trabalhar com desprendimento marxista, mas por mera fórmula burocrática tem que procurar um membro que tenha no mínimo um ano de militância no Partido. Vamos ao caso de que na mesma empresa não tenha um membro que preencha esta condição ou formalidade. Qual será a norma a seguir? Vamos abrir um precedente para tal empresa, desprezando os Estatutos, ou vamos perder tempo consultando os órgãos superiores do Partido?

É impraticável racionalmente porque: 2.º) — É uma porta aberta para os oportunistas. Isso porque têm-se dado casos em que um membro antigo do Partido preencha muitas propostas e recomende muitos candidatos para membro do Partido, não por seus

esforços de recrutar, mas por intermédio de membros também novos que, de maneira alguma podem ter iniciativa de propor. Havendo um balanço nas atividades partidárias, quem aparecerá mais como ativista? O membro antigo que apresentou e recomendou ou o que catequizou e esclareceu? Aparentemente o mais ativista é o primeiro, mas, na realidade, quem trabalhou mais e merece ser estimulado é o segundo. O trabalho do primeiro foi meramente burocrático, isto é, somente de assinar as propostas. Estando o Partido na legalidade, o primeiro sendo considerado mais ativista tem mais facilidade de aproximação junto aos membros dos órgãos superiores; assim, os tais começam a se julgar os líderes do movimento e passam a não aceitar as críticas dos novatos, tachando-os de inexperientes e incapazes de assimilar as novas formas de luta. Resultado: vem o enfraquecimento e a divisão para o Partido.

É impraticável racionalmente, porque: 3.º) — Um membro do Partido tendo mais de um ano de militância, já tendo dado provas reais de que é um membro do partido sincero e trabalhador, estudioso e verdadeiramente um líder provado, ele, de acordo com o artigo 6.º dos Estatutos, tem a atribuição de apresentar e propor um candidato para ingressar no Partido; se esse candidato ainda está sujeito a ser aceito ou não pela Comissão de Controle, se for aceito e mais tarde deixar cair a máscara de verdadeiro inimigo do Partido, quem será o responsável? Exemplifiquemos o caso Crispim, Béria e tantos outros que existem por aí. Se for o inimigo, a responsabilidade torna-se individual, não havendo necessidade de ser apresentado. Responsabilizando o membro que propôs, esse começará a ter receio de apresentar outro. A Comissão de Controle, assumindo a responsabilidade de aceitar tal inimigo, quer dizer que a recomendação e apresentação é mero formalismo, no verdadeiro sentido burguês.

Além disso, se alguém procura o Partido, ou dentro da empresa ou fora dela, no bairro ou em outro lugar qualquer, porque houve ou há interesse, nesses locais de trabalho ou de residência, esse alguém não deixará de ser conhecido pelos membros do Partido aí radicalizados ou militando. Daí, o bastante para ser admitido, desde que procure o Partido, independentemente de apresentação de A ou B. Agora, se esse alguém que procure o Partido, é completamente desconhecido, quer na empresa, ou no bairro, lógico se torna que o organismo de base não poderá admiti-lo, sem antes consultar principalmente seus companheiros de base. Não é admissível, portanto, que um conhecido de um militante do Partido, fique subordinado ao formalismo burocrático do artigo 6.º que diz: «... tem que ser recomendado... etc. etc.»

O Recrutamento de Novos Militantes E os Novos Estatutos do Partido

Sobre o artigo do camarada J. N. A.

É elogiável o interesse revelado pelo camarada J.A.N., em debater o projeto dos novos Estatutos do P.C.B., chamando a atenção para certos artigos que, segundo acha o companheiro, não têm suficiente clareza.

O camarada J.A.N., exige redação simples e de compreensão fácil para os novos Estatutos. Mas não há dúvida de que sua justa exigência está plenamente satisfeita no projeto de Estatutos, ora em discussão. O companheiro não tem razão ao afirmar que no projeto de novos Estatutos existem três artigos com interpretações diferentes e contraditórias.

Refere-se o camarada J.A.N., aos artigos 2, 5 e 6 do projeto dos novos Estatutos do Partido. Esses artigos nada têm de contraditórios. O que há é que J.A.N., faz confusão sobre os objetivos desses três artigos. Vamos procurar explicar a questão.

O artigo 2 trata das condições para ser membro do Partido, enquanto os artigos 5 e 6 cogitam do processo de admissão do novo membro nas fileiras do Partido. Esse artigo não se refere ao ato de admissão do novo membro do Partido, como pe. sa J. A. N. O artigo 2 estabelece de maneira precisa as condições básicas para ser membro do Partido, de acordo com os princípios leninistas de organização do Partido, enriquecidos com a experiência histórica do Partido Comunista da União Soviética. Para ser membro do Partido, segundo dispõe o artigo 2 dos Estatutos, é preciso:

- Aceitar o Programa e os Estatutos do Partido.
- Contribuir para a aplicação do Programa e dos Estatutos.
- Militar em uma das organizações do Partido.
- Cumprir todas as decisões do Partido.
- Pagar as contribuições estabelecidas.

Tais são as exigências que deve satisfazer todo aquele que deseja ingressar no P.C.B. O camarada J.A.N., mutilou o artigo 2, ao transcrever apenas a primeira condição para ser membro do Partido. Daí ele chegar à conclusão, sem nenhum fundamento, de que o ato de admissão já está encerrado, não havendo mais nenhuma condição.

O camarada J.A.N., como se vê, ainda não compreendeu o artigo 2 dos Estatutos. Para ele basta aceitar o Programa e os Estatutos do Partido para ser considerado membro do P.C.B.

Diz o camarada J.A.N., que o artigo 5 dos Estatutos contradiz o artigo 2. Mas na realidade não existe essa contradição. Se um operário, camponês ou intelectual deseja ser membro do Partido deve estar disposto a cumprir as exigências do artigo 2. Mas ele não ingressa nas fileiras da classe operária incondicionalmente. A sua admissão como membro do Partido está disciplinada pelos artigos 5 e 6 dos Estatutos.

O novo membro terá que obedecer ao estabelecido, nesses dispositivos dos Estatutos.

De acordo com o artigo 5, a sua admissão será feita em caráter individual. Isto por que não há no Partido a admissão de grupos de indivíduos formando correntes, alas, etc., como se verificamos em outros partidos políticos. Se tal prática fosse aceita no Partido, constituiria uma violação do seu caráter de organização coesa, centralizada e com uma vontade única. O fato desse mesmo artigo estabelecer que só podem ingressar no Partido pessoas maiores de 18 anos de idade não envolve nenhuma questão de princípio. Significa apenas que no Partido só devem ingressar pessoas adultas.

Vê o camarada J.A.N., que não tem razão quando diz que o artigo 5 dos Estatutos não representa nenhuma utilidade.

O camarada J.A.N., acha que o artigo 6 dos Estatutos é impraticável, é uma oportunidade para a promoção dos oportunistas e uma forma de abater o ânimo dos verdadeiros combatentes de vanguarda. É falsa a interpretação dada pelo camarada J.A.N. a esse dispositivo estatutário.

O P.C.B., é o destacamento de vanguarda, consciente e organizado da classe operária. Não é uma organização qualquer. Não é um sindicato ou uma simples associação de bairro. É a organização superior da classe operária, que dirige a luta pela libertação nacional e social do povo brasileiro, que tem como objetivos finais construir no Brasil o socialismo e edificar a sociedade comunista. Contra o Partido volta-se, portanto, todo o ódio dos imperialistas norte-americanos, dos latifundiários e dos grandes capitalistas. Esses inimigos mortais do povo brasileiro procuram minar o Partido por dentro, tudo fazendo para introduzir nos organismos do P.C.B., seus agentes, espíões e provocadores. Como então não exigir do candidato a membro do Partido que ele seja proposto e recomendado por um militante do Partido com mais de um ano de militância? Se não se satisfazer essa norma, qualquer agente de polícia, «lumpen» ou elemento desmoralizado pode ingressar sem dificuldades nas fileiras do Partido e causar-lhe os maiores prejuízos.

A proposta de admissão do militante não é, portanto, «mera fórmula burocrática». A exigência de que é preciso, no entanto, um ano de militância partidária para o proponente é perfeitamente justificável, pois só com esse período de atividade no Partido é que se pode conhecer a sinceridade e outras qualidades do membro do Partido.

É também inteiramente justo que a proposta de admissão seja discutida e posta em aprovação pela organização de base do local de trabalho ou de residência do candidato, pois este é o organismo a que o novo militante irá pertencer. Os membros da organização de base, como companheiros de trabalho ou vizinhos do candidato, podem conhecer bem o candidato e opinar coletivamente sobre ele.

Também constitui uma aceitada medida a disposição estatutária que atribui ao comitê imediatamente superior

a confirmação da proposta de admissão de novo membro aprovada pela organização de base. Trata-se de uma questão de centralismo democrático e de um maior controle da atividade das organizações de base.

O camarada J.A.N. levanta uma série de questões pretendendo mostrar as inconveniências do artigo 6. Pergunta o que fazer numa empresa onde existe um líder de massa que quer ingressar no Partido, mas a organização de base dessa empresa não tem um membro com um ano de militância. Nesse caso excepcional, a organização de base recruta o novo militante e, sob sua responsabilidade, solicita do organismo imediatamente superior que um membro de mais de um ano de militância faça a proposta.

O camarada J.A.N. não acha justo que o proponente do novo militante seja um membro que não recrutou o candidato. Está preocupado com o fato de quem aparecerá como melhor ativista, quem recrutou mais e quem recrutou menos. Tal preocupação não deve existir.

O organismo que acompanha a atuação de seus membros saberá reconhecer os méritos de cada um, saberá melhor do que ninguém quais são os membros ativistas. Não é boa nem recomendável a divisão que faz o camarada J.A.N. dos membros do Partido em «novatos» e «membros antigos». Todos são militantes do Partido, com os mesmos direitos e os mesmos deveres.

Também não procede a última observação feita pelo camarada J.A.N. sobre o artigo 6 dos Estatutos. Diz o camarada J.A.N. sobre o artigo do novo membro ser posteriormente desmascarado como traidor, o proponente será por isso responsabilizado.

Assim, o membro do Partido que faz a proposta do elemento que se desmascarou como traidor não propôs novos militantes. Mas não existe tal coisa. Nenhum militante será responsabilizado se o candidato que ele propôs tornou-se um traidor. A não ser, é claro, que já soubesse de antemão que se tratava de um inimigo do Partido.

O camarada J.A.N. deve meditar sobre seu artigo e estudar mais a fundo o projeto de Estatutos, a fim de superar suas incompreensões. É preciso, entretanto, assinalar que o artigo do camarada J.A.N. tem o mérito de despertar o Partido para uma questão importante. Trata-se de que não se deve entrar o recrutamento de novos militantes para o Partido na base de uma aplicação mecânica dos artigos 2, 5 e 6 dos Estatutos. Esses artigos são um fator de recrutamento e não um obstáculo ao crescimento do Partido.

Finalmente, uma última observação sobre o artigo do camarada J.A.N.: o P.C.B. é o partido político da classe operária e não o «Partido da classe operária e camponesa». Não existe «classe operária e camponesa». Os operários constituem uma classe e os camponeses são outra classe.

PROJETO DE ESTATUTOS DO P. C. B.

A elaboração e aprovação pelo C.C., do nosso Partido do Projeto de Estatutos vem a ser uma obra e poderosa arma de que dispõe a classe operária e nosso povo na luta contra os inimigos da Pátria e do Progresso.

O Projeto de Estatutos, desde a sua aprovação, passou a ser um conjunto de leis que regem a vida de cada militante e de todo o Partido.

Os Estatutos nos mostram

a grande significação do fato de ser membro do Partido da classe operária. Ensinam a todos os militantes a democracia interna e o centralismo. Indica os modos para utilizar a grande arma da crítica e da auto-crítica.

Se compararmos a questão da crítica com os Estatutos anteriores, veremos que, se no primeiro a crítica era um direito, neste último, ela passou a ser um dever de todo militante. O direito de todo

membro se dirigir em carta ao C.C., muito virá ajudar a vigilância de cima para baixo e de baixo para cima.

Em última análise, o Projeto de Estatutos é um manual de ensinamentos. Creio que a própria realização do projeto de Programa muito dependerá da nossa capacidade de aplicar no Partido, os Estatutos.

a) João Gaudêncio — militante de base.

OS ARTIGOS 2, 5 E 6 DOS ESTATUTOS

Art. 2 — «Membro do Partido é todo aquele que aceita o Programa e os Estatutos do Partido, contribui para sua aplicação, milita em uma de suas organizações, cumpre todas as decisões do Partido e paga as contribuições estabelecidas».

Art. 5 — «A admissão ao Partido é realizada em caráter individual. Podem ingressar no Partido pessoas maiores de 18 anos de idade».

Art. 6 — «Para ingressar no Partido, o candidato deve ser proposto e recomendado por um membro do Partido que tenha no mínimo um ano de militância. A proposta é discutida na organização de base do local de trabalho ou de residência do candidato e, se aprovada, submetida à confirmação do Comitê imediatamente superior».